

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOSÉ WILSON MAIA

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-LITERÁRIAS NO DISCURSO
ARGUMENTATIVO ENTRE JESUS E A MULHER CANANEIA

MANAUS – AM

2021

JOSÉ WILSON MAIA

ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-LITERÁRIAS NO DISCURSO
ARGUMENTATIVO ENTRE JESUS E A MULHER CANANEIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade
Federal do Amazonas como requisito para obtenção do
título de Mestre em Letras na área de Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha

MANAUS-AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M217e Maia, Jose Wilson
Estratégias linguístico-literárias no discurso argumentativo entre
Jesus e a mulher cananeia / Jose Wilson Maia . 2021
88 f.: 31 cm.

Orientador: Carlos Antônio Magalhães Guedelha
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Bíblia. 2. Estratégias literárias. 3. Estratégias retórico-
discursivas. 4. Oradores. 5. Personagens. I. Guedelha, Carlos
Antônio Magalhães. II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

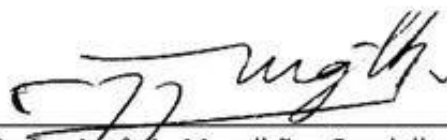
JOSÉ WILSON MAIA

**“Estratégias linguístico-literárias no discurso argumentativo entre
Jesus e a mulher cananeia”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em letras na área de Estudos Literários.

Aprovada em 10 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Carlos Antônio Magalhães Guedelha (UFAM)



Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa (UFAM)



Profa. Dra. Iná Isabel de Almeida Rafael (Cândido Mendes)

Dedicatória

Ao meu pai,
À minha mãe,
Aos meus filhos, Samuel e Rebeca,
e à minha esposa, Rosimar Maia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de eterna sabedoria, pelo discernimento, pela proteção e pelo direcionamento frente aos desafios que encontrei pelo caminho;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Antônio de Magalhães Guedes, pela orientação, paciência e pelo incentivo para a realização desta pesquisa;

Aos membros da banca, pela gentileza de ler o meu trabalho e contribuir para que eu pudesse melhorá-lo;

Aos meus pais, José de Siqueira Maia, que apesar de não estar presente durante a realização deste trabalho, sempre me inspirou às letras por ser um poeta, e Maria Socorro de Araújo, minha primeira professora e a que me alfabetizou, e que sempre me incentivou aos estudos e fez o máximo que pôde para que eu não desistisse em minha carreira profissional;

À minha esposa, Rose, por sempre estar ao meu lado, sendo minha fortaleza nos momentos mais difíceis desta aventura;

Aos meus filhos, Samuel e Rebeca, por suportarem minha ausência, mesmo estando presente, e por compreenderem que isso se fez temporariamente necessário;

Aos professores que tive durante as disciplinas da graduação e do Mestrado, especialmente à Prof.^a Marta, pelo grande incentivo para que continuasse até o final, principalmente quando me dizia —Força, fé e foco. Não desista!!;

À UFAM, por muito contribuir com a minha formação.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo estudar a perícopé de Mateus 15:21-28, dentro do bloco literário de Mateus 15, com especial atenção às estratégias literárias e retórico-discursivas presentes no texto. Portanto, a temática central desta pesquisa concentrou-se nas estratégias usadas por Jesus e a mulher cananeia enquanto oradores (análise retórico-discursiva) e enquanto personagens (análise literária), conforme aparecem no texto da narrativa. Para isso, buscou primeiramente apresentar a Bíblia numa perspectiva literária. Assim, evocou o reconhecimento de alguns teóricos ao valor literário da Bíblia para validar este texto à análise pretendida. O trabalho se ancora, primeiramente, em Eagleton, na crítica que faz ao conceito de literatura, além de autores como Auerbach e Alter, os dois principais teóricos citados no trabalho para sustentar a leitura da Bíblia pelo prisma literário. Também, buscou-se base teórica em Aristóteles, o pai da sistematização retórica, bem como em Fiorin, que serviu para organizar didaticamente a análise retórico-discursiva do texto. Ainda contamos com outros autores que complementam nossa pesquisa. Portanto, na formulação deste trabalho, foi adotado um método que se encontra em concordância com o que foi proposto a ser alcançado, sendo escolhido o método de revisão bibliográfica. Conclui-se que é inegável a relevância da Bíblia não só como material de estudo acadêmico extremamente significativo, como também um texto que serve a leitores interessados na pura leitura literária.

PALAVRAS-CHAVE: Bíblia; estratégias literárias; estratégias retórico-discursivas; oradores; personagens.

ABSTRACT

The present work aimed to study the pericope of Matthew 15:21-28, within the literary block of Matthew 15, with special attention to the literary and rhetorical-discursive strategies present in the text. Therefore, the central theme of this research focused on the strategies used by Jesus and the Canaanite woman as speakers (rhetorical-discursive analysis) and as characters (literary analysis), as they appear in the text of the narrative. To do this, it first sought to present the Bible in a literary perspective. Thus, it evoked the recognition of some theorists to the literary value of the Bible to validate this text for the intended analysis. The work is anchored, first of all, in Eagleton, in his critique of the concept of literature, in addition to authors like Auerbach and Alter, the two main theorists cited in the work to support the reading of the Bible through a literary prism. A theoretical basis was also sought in Aristotle, the father of rhetorical systematization, as well as in Fiorin, who served to didactically organize the rhetorical-discursive analysis of the text. We still count on other authors that complement our research. Therefore, in the formulation of this work, a method that is in agreement with what was proposed to be achieved was adopted, the bibliographic review method being chosen. We conclude that it is undeniable the relevance of the Bible not only as an extremely significant academic study material, but also as a text that serves readers interested in pure literary reading.

KEY-WORDS: Bible; literary strategies; rhetorical discursive strategies; speakers; characters.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. LITERATURA: UM PANORAMA CONCEITUAL	12
2. BÍBLIA: UMA PERSPECTIVA LITERÁRIA	19
1.1 As contribuições de Auerbach	22
1.2 As contribuições de Alter	24
1.3 O que é ler a Bíblia como literatura: pressupostos	26
3. OS CONCEITOS OPERACIONAIS DA ENUNCIACÃO	30
3.1 Estudos da linguagem	30
3.2 A dicotomia língua e fala	33
3.3 Enunciação e seus conceitos	34
3.3.1 Enunciado	37
3.3.2 Enunciador	38
3.3.3 Destinatário	38
3.3.4 Circunstância	39
3.3.5 Tempo verbal	39
3.4 Teoria benvenistiana	40
3.5 Teoria de Oswald Ducrot	45
4. RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES	50
4.1 Panorama conceitual	50
4.2 As dimensões da retórica: <i>éthos, páthos e lógos</i>	54
4.3 Organização do discurso retórico	56
5. O EVANGELHO DE MATEUS: UMA ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA E LITERÁRIA DA PERÍCOPE DO CAPÍTULO 15,21-28	58
5.1 Abordagem retórico-discursiva	58
5.1.1 A retórica e a linguagem	58
5.1.2 Argumentação e o texto bíblico	60
5.1.3 Argumentos e técnicas argumentativas do corpus	62
5.1.4 Procedimento metodológico	63
5.2 Abordagem literária	69
5.2.1 Elementos da narrativa	70
5.2.2 Estrutura da perícopre	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80

REFERÊNCIAS	83
--------------------------	----

INTRODUÇÃO

O pesquisador Adilson Citelli (1997) explicita que os filósofos gregos Platão e Aristóteles foram os primeiros a se dedicar ao estudo das técnicas do discurso e de sua capacidade de persuasão, sendo que Aristóteles explorou a questão de modo bem mais profundo do que o seu mestre. Pode-se, por isso, creditar ao estagirita a paternidade dos estudos sobre a retórica, que se preocupava não apenas com o falar, mas com as formas de fazê-lo —de modo convincente e elegante, unindo arte e espírito, bem ao gosto da cultura clássica (CITELLI, 1997, p. 8). Assim, a retórica revela como se faz a persuasão, de que recursos e estratégias o orador se vale para atingir o objetivo de persuadir o seu auditório.

O discurso é uma arma poderosa. Alexandre que o diga. Foi aluno de Aristóteles e provou isso na prática. A tese do Mestre funcionou, pois o pupilo construiu um dos mais poderosos impérios da história à base de um discurso convincente que arrastou muitos a concordar com ele. Aliás, o discurso persuasivo pode mover multidões e alterar o rumo de nações. Figuras como Roosevelt, Hitler, Churchill, Gandhi, Martin Luther King, Mandela, Steve Jobs, Obama, entram nessa lista de exemplos em que o discurso persuasivo produziu o efeito pretendido.

Entre os grandes oradores da História, cabe destaque para Jesus Cristo, uma figura histórica cuja capacidade argumentativa e poder de persuasão são inegáveis. Diante do número gigantesco de adeptos do Cristianismo, é possível perceber a repercussão do Sermão da Montanha e das demais palavras de Jesus Cristo. O efeito de suas palavras demonstra a eficácia persuasiva de seu discurso. E muito embora os temas de ordem religiosa tenham permanecido, em grande medida, à margem dos interesses linguísticos e literários, não é menos relevante se investigar a ênfase retórica do discurso de Cristo e os efeitos e produção de sentido que ele objetivava e muitas vezes alcançou.

É nesse sentido que a proposta desta pesquisa teve o propósito de dar sua contribuição aos estudos linguístico-literários, imergindo no discurso de Cristo e extraindo desse discurso as estratégias discursivas que os geraram. Isso porque o texto bíblico, no que concerne às palavras do Nazareno, promove o cruzamento da linguística com a literatura, uma vez que se percebem intenções artísticas em grande parte desses textos.

Como ponto de partida para a abordagem do tema proposto, foram apresentados os seguintes problemas de pesquisa: que estratégias linguísticas e literárias Jesus Cristo utilizou em seu discurso argumentativo? Como essas estratégias atestam sua competência retórica e estética?

Cristo foi, inegavelmente, um mestre no uso das palavras. Tanto que, segundo relata o evangelista João (cap. 7: 40-53), quando os guardas foram enviados para prendê-lo, voltaram impressionados com o poder de suas palavras, e exclamaram: —Ninguém jamais falou como este homem!! Os guardas ficaram extasiados com o poder de persuasão que tinha o famoso mestre Galileu. Sendo Cristo um grande orador, cujas pregações conquistavam multidões e atraíam muitos seguidores, ao mesmo tempo em que despertava ódio mortal em seus opositores, suas estratégias discursivas e estéticas impõem-se como um campo de estudo que não pode ser ignorado. Urge investigar em que formação discursiva se inserem a enunciação e os enunciados desse notável orador que persuadia seus interlocutores até mesmo quando silenciava. E quando não os persuadia, por motivos diversos, jamais os deixava indiferentes. Conhecer as tramas enunciativas de seus discursos certamente será uma grande contribuição tanto para os estudos linguísticos quanto para os estudos literários, considerando-se que a nossa proposta situa-se na interface entre esses dois módulos de estudos da linguagem: a linguística e a literatura. E a literatura bíblica é a mãe de todas as literaturas, fonte inesgotável de referências para poetas e ficcionistas de todos os quadrantes do planeta. E entendemos, juntamente com Proença Filho, que o texto literário é, ao mesmo tempo, um objeto estético e um objeto linguístico, portanto a fronteira entre os dois campos deve ser assimilada como um lugar de diálogos e convergências, quando se trata de trabalhar a análise literária. Essas considerações nos levam a admitir que a proposta que apresentamos encontra-se plenamente justificada.

Assim sendo, propomo-nos a analisar estratégias linguísticas e literárias presentes num dos discursos argumentativos de Jesus Cristo, tal como se apresenta no livro de Mateus, dimensionando em que sentido essas estratégias contribuem para a qualidade do seu discurso, tanto no plano linguístico quanto no literário.

Nesse sentido, traçamos os seguintes caminhos: a) Discorrer sobre a Bíblia como literatura, tendo como base pressupostos teóricos da teoria da literatura; b) Situar teoricamente os recursos retórico-discursivos de persuasão; c) Selecionar como universo de amostra, o texto que veicula o discurso de Jesus Cristo, a fim de analisá-lo à luz do quadro teórico levantado.

Por fazer cruzar abordagens diferentes, mas que se complementam no plano teórico, nossa proposta apoiou-se inicialmente em Auerbach (2011) e Alter (1997; 2007) para estabelecer a relação entre Bíblia e literatura, e em Eagleton com seu panorama conceitual de literatura apresentado em *Teoria da Literatura: uma introdução*, além das contribuições de outros autores que conceituam o texto literário. Em seguida, apresentamos reflexões sobre a

retórica e a argumentação, e ainda a construção da mimese (arte), cujo rastreamento foi iniciado com os escritos de Aristóteles, especialmente a *Arte Retórica e Arte Poética*, e seguindo um panorama conceitual com o suporte de outros autores. As obras fundamentais, nesse sentido foram, além das já citadas, foram *Argumentação*, de José Luiz Fiorin (2017); *Linguagem e persuasão*, de Adilson Citelli (1997) e *Textos básicos de linguagem*, de Danilo Marcondes (2010), entre outros que contribuíram para a discussão. Essas obras, em conjunto, apresentam um panorama do conceito de retórica e da dimensão argumentativa da língua.

Segundo Fiorin (2014. p. 78), —a argumentação é uma questão de linguagem e —comunicar é agir sobre o outro (p. 46). A partir dessa ideia, inserimos o capítulo três, sobre linguagem e teoria da enunciação, de forma a situar o nosso trabalho ou lhe dar mais visibilidade nesse campo de estudo, mas não necessariamente aplicar diretamente a teoria a nossa problemática.

A elaboração do quadro teórico, no decurso da pesquisa foi direcionada para iluminar a análise dos discursos argumentativos de Cristo. Outros livros de análise de discurso foram utilizados para dar suporte ao trabalho

A pesquisa pretendida foi feita com o subsídio de acervo bibliográfico relacionado ao tema, levando em consideração as cenas de enunciação produzidas pelos discursos de Jesus Cristo. Em um segundo momento, fez-se um recorte na literatura bíblica, a fim de selecionar um discurso argumentativo de Cristo que serviu como corpus para a análise e demonstração. Depois, foi o ponto alto do trabalho, quando foi realizada a análise propriamente dita dos enunciados proferidos por Jesus Cristo. Por fim, todo o material da pesquisa, tanto o enquadramento teórico quanto as análises e descobertas, foi reunido na estrutura formal da dissertação, a qual foi disposta para apreciação e avaliação por parte da banca examinadora.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo estudar a perícopa de Mateus 15, 21-28, dentro do bloco literário de Mateus 15, com especial atenção às estratégias literárias e retórico-discursivas presentes no texto. Portanto, a temática central desta pesquisa concentrou-se nas estratégias usadas por Jesus e a mulher cananea enquanto oradores (análise retórico-discursiva) e enquanto personagens (análise literária), conforme aparecem no texto da narrativa.

1. LITERATURA: UM PANORAMA CONCEITUAL

Pode-se afirmar que não é fácil definir o que é literatura. É muito mais comum encontrar quem aponte uma obra como literária – um livro de romance, de conto, de poesia, por exemplo, do que conceituar essa palavra. Aristóteles, filósofo grego do século IV A.C, afirma que "Arte literária é mimese (imitação); é a arte que imita pela palavra." Fazer literatura, segundo ele, é imitar, representar a realidade, e utilizar a palavra como a matéria-prima para produzi-la.

De forma geral, o caminho percorrido desde a definição aristotélica até os conceitos da crítica literária moderna está repleto de reflexões variadas, por vezes quase antagônicas, não menos subjetivas, na tentativa de esclarecer o significado de literatura. Conforme expõe didaticamente Oliveira (2012, p. 12): "estabelecer o conceito de literatura não é nada simples: dependemos de contextos históricos, referências culturais e esforço teórico".

Embora a própria noção de definir seja a de dar uma explicação precisa, exata de algo, a ideia de literatura vai além da definição que a etimologia estabelece. Os que se debruçaram em estudá-la alargaram o horizonte conceitual e apresentaram diferentes possibilidades e posicionamentos.

Diante desse quadro, é de fundamental importância ter clara a distinção entre definir e conceituar. Definir é "dizer o que algo é" e conceituar é "dizer sobre algo o que você conhece, sente, imagina ou percebe sobre alguma coisa". Considerado dessa forma, surgiram opiniões diversas, a partir de como a literatura foi sentida, imaginada, percebida, marcando assim a subjetividade das reflexões e percepções ao longo do tempo.

De acordo com Coutinho (2008, p. 23), —[...] a literatura é um fenômeno estético, é uma arte, a arte da palavra e por sua finalidade precisa de despertar no leitor o tipo especial de prazer, que é o sentimento estético. As palavras de Coutinho retomam a definição aristotélica no sentido de despertar, produzir seus efeitos como arte.

Eagleton (2006) afirma que muitas têm sido as tentativas de definir literatura e contesta algumas definições tradicionais, além de sugerir uma reflexão sobre o assunto.

As concepções clássica, romântica e crítica apresentam o caminho na tentativa em dizer o que é literatura desde a antiguidade até hoje. A literatura entendida como aquilo que a sociedade ou parte dela autoriza como tal se confronta com a noção de que a literatura é

apenas o que o leitor acha que é, em certa medida. De modo geral, fornecer à sociedade ou por meio dela uma definição incontestável de literatura, pode ter suas consequências: uma arte reprimida sem chances de se renovar e um corpus muito limitado sem espaço para incluir outras obras.

Tal postura pode induzir à admissão de somente uma interpretação ou significado e formar uma elite que tanto produz quanto aprecia a literatura. Nessa perspectiva, Eagleton (2004, p. VIII) afirma: —O que há de verdadeiramente elitista nos estudos literários é a ideia de que as obras literárias só podem ser apreciadas por aqueles que possuem um tipo específico de formação cultural. Ao que parece, conforme a afirmação de Eagleton, há uma elite que elege e tem domínio sobre a produção literária tanto quanto um público específico que conhece critérios específicos para julgar o que de fato é literário.

Diante dos variados conceitos de literatura, marcados por critérios pessoais ou não, divisados a partir de instituições ou pelo olhar, gosto ou lugar de cada um, resta-nos perguntar inicialmente: por que se deveria ler a Bíblia como literatura e como fazê-lo? Que caminhos fornecidos pela teoria podem explicar as aproximações e distanciamentos nessa relação? Que pressupostos teóricos, pelo menos de forma geral, nos conduzem a analisar a Bíblia como literatura num movimento de resgate de sua importância como patrimônio literário universal?

Teoria da Literatura: uma introdução, de Terry Eagleton, foi a obra central, nesse trabalho, para fornecer o conceito de literatura, na busca de um caminho que responda à pergunta que relaciona Bíblia e literatura. Antes mesmo de apresentar o que se pretende ser literatura, pode-se apontar sob que condições o conceito foi formado. Isso implica mostrar quem disse, como disse, em que circunstâncias e com quais critérios estabeleceu as —regras para tal.

A partir da década de 1960 mudanças importantes aconteceram no campo dos estudos literários. Eagleton (2004, p. VIII) observa as causas dessa revolução na teoria literária:

Uma importante razão para o florescimento da teoria literária a partir da década de 1960 foi o esgotamento gradual desse pressuposto, sob o impacto de novos tipos de estudantes que chegavam às universidades, oriundos de meios supostamente "incultos". A teoria era uma forma de libertar as obras literárias da força repressora de uma "sensibilidade civilizada", e abri-las a um tipo de análise do qual, pelo menos em princípio, todos pudessem participar. (EAGLETON 2006, p. VIII)

Nesse contexto, fica claro que a mudança permitiu mais acessibilidade e reflexão, mudando a forma de se enxergar literatura, desfazendo rótulos e abrindo espaço para a análise de textos diversos.

Entretanto, a discussão sobre o que é literatura é complexa e envolve até mesmo preconceito na classificação das produções literárias. As avaliações assumem distinções entre vários tipos de literatura: alta, baixa, erudita, popular, etc. Tal classificação não julga simplesmente valores estéticos, mas depende de quem lê e opina, em função de seu olhar e seu gosto. De modo geral, parece haver uma —nobreza literária que opta por obras e autores que devem ser apresentados ao público como dignos de apreciação. Instituições tomam para si esse controle e domínio.

Nessa perspectiva, Paes (1990, p. 28-35) afirma tanto a subjetividade quanto a transitoriedade da literatura, analisadas num determinado contexto em que é produzida e rotulada como tal. Ainda é possível se levar em conta o mercado que divulga as obras, que mantém certo controle sobre o gosto popular.

Diante desse quadro, algumas considerações são necessárias. Eagleton destaca como os textos se fazem literários:

Se é certo que muitas das obras estudadas como literatura nas instituições acadêmicas foram "construídas" para serem lidas como literatura, também é certo que muitas não o foram. Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e a outros tal condição é imposta. (EAGLETON, Teoria da Literatura — Uma introdução, 2006, p. 12).

Tanto Paes quanto Eagleton admitem a provisoriedade do texto considerado literário, seja ele construído, nascido como tal ou imposto por uma elite cultural que mantém domínio sobre a produção literária.

Antes de tudo, é necessário dizer que a intenção de nosso trabalho não foi assumir a posição de —desconstrução do já consolidado em relação aos estudos da Literatura. Pretendeu-se apresentar, em visão panorâmica, os diferentes conceitos e, só depois, voltou-se para o caso em estudo: demonstrar a validade da Bíblia como obra literária a partir do recorte feito e analisado.

Numa sequência apresentada por Eagleton, este inicia questionando a definição de literatura como escrita "imaginativa", no sentido de ficção - escrita esta que, segundo ele, não é literalmente verídica. E sugere uma reflexão comparativa com aquilo que comumente se considera literatura (EAGLETON, 2006, p.1). Neste sentido, destaca que a distinção entre fato e ficção parece não ser mais útil e exemplifica comparando o historiador Gibbon e o escritor do livro de Gênesis. Ambos, segundo ele, escreveram como se estivessem produzindo a verdade histórica, mas que são lidos hoje como fatos por alguns e como ficção por outros (EAGLETON, 2006, p.2). Nessa perspectiva, afirma que a definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido (EAGLETON, 2006, p.12). Em outras palavras, pode-se produzir uma obra para ser lida como história ou ficção e esta não ser recepcionada, respectivamente, como era sua intenção original. Eagleton reposicionou as considerações da ideia de literatura e mostrou que o conceito de ficcionalidade não basta para a definição pretendida.

Coutinho (2008), diferentemente das observações de Eagleton, retoma a verdade estética proposta por Aristóteles. A literatura é uma oferta do artista literário – a realidade é recriada e transmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade.

As reflexões de Eagleton parecem não descartar a importância da origem do texto, mas apontam para o modo possível pelo qual as pessoas o consideram. A decisão de tratar o texto como literatura cabe a elas, a despeito do que o seu autor tenha pensado (2006, p. 13).

Diante das afirmações apresentadas, ainda é possível se perguntar que critérios servem para decidir o que é literatura senão os que dizem respeito ao efeito que os textos literários causa em quem os lê. Vale se indagar também por que decidir sobre o que é literatura já que esta pressupõe algo pré-estabelecido. Para Culler (2000, p. 47) —a literatura é uma instituição paradoxal porque criar literatura é escrever de acordo com fórmulas já existentes.

Ainda dentro desse conceito, Eagleton argumenta que talvez seja possível definir literatura não pelo fato de ser ficção ou —imaginativa, mas porque faz uso da linguagem de forma particular (EAGLETON, 2006, p. 3).

Eagleton explica ainda que —a literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana, criando uma desproporcionalidade entre significante e significado. A própria linguagem provocaria a atenção para si mesma num

exibicionismo de sua existência material (EAGLETON, 2006, p.3). A linguagem ganha aspecto diferente daquele que é comum no cotidiano. Torna-se mais abundante e transcende ao considerado normal.

Outra hipótese abordada por Eagleton (2006, p. 3-10) diz respeito ao conceito de —estranhamento‖ proposto pelos representantes do chamado Formalismo. A ideia sugerida por eles era que o cotidiano anestesia nossa capacidade de julgamento. O adormecimento seria de tal maneira a ponto de se considerar normal absurdos como a violência das guerras. Para os formalistas, a literatura, como arte, proporcionaria esse distanciamento do modo comum e provocaria um repensar da realidade e uma retomada da mesma sob nova perspectiva. A verdadeira literatura seria aquela que, ao desfamiliarizar, nos faria repensar, ponderar e, portanto, aperfeiçoar o julgamento.

Entretanto, Eagleton contesta a ideia de que esse efeito do estranhamento seja útil para se definir literatura. A pergunta seria: como aceitar que o texto literário será sempre uma crítica ao —normall, se esse —normall é de identificação incerta? Parece ficar claro, no argumento, que nessa busca a realidade sociocultural seria repensada criticamente pela literatura. Mas poderia partir de uma atitude predefinida e que estaria mais vinculada ao crítico do que ao texto e a sua mecânica (EAGLETON, 2006, p. 124).

Mesmo que Eagleton questione a definição de literatura a partir do conceito de desfamiliarização, é possível perceber bem presente a ideia do papel humanizador da literatura. Abreu (2006, p.81), por exemplo, reitera que a verdadeira literatura se caracteriza por seu poder humanizador – por sua capacidade de aperfeiçoar o leitor.

Cândido (2011, p.175), ao tratar do papel da literatura como instrumento na formação humana, diz ser ela —fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade‖. Aspectos do cotidiano são refletidos na obra literária e a percepção do leitor o leva a uma autorreflexão sobre seu próprio ser no mundo.

Nessa mesma perspectiva, Eagleton (2006, p.83) faz suas observações ao conceito de humanização e contesta dizendo que —uma definição de literatura como fonte de humanização não se sustenta diante do fato de que há gente muito boa que nunca leu um livro e gente péssima que vive de livro na mão‖.

Diante desse quadro, observa-se que a contestação de Eagleton não permitiu espaço para perceber em que nível e de que forma a humanização se daria. É possível, portanto, não

aplicar a ideia de ser melhor ou pior moralmente, mas se reconhecer no mundo por meio das realidades ficcionalmente construídas, já que estas permitem tal percepção.

Além disso, o crítico aplica a ideia de provisoriedade e limite ao que se entende como valor na literatura:

Não existe uma obra ou uma tradição literária que seja valiosa em si, a despeito do que se tenha dito, ou se venha a dizer, sobre isso. "Valor" é um termo transitivo: significa tudo aquilo que é considerado como valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos. Assim, é possível que, ocorrendo uma transformação bastante profunda em nossa história, possamos no futuro produzir uma sociedade incapaz de atribuir qualquer valor a Shakespeare. Suas obras passariam a parecer absolutamente estranhas, impregnadas de modos de pensar e sentir que essa sociedade considerasse limitados ou irrelevantes. Em tal situação, Shakespeare não teria mais valor do que muitos grafitos de hoje. (EAGLETON, 2006, p. 17-18)

Entretanto, embora o sentido moderno da palavra —literatural só comece a surgir de fato no século XIX, Eagleton (2006, p.16) admite a possibilidade de se utilizar didaticamente as palavras "literário" e "literatura" em sua abordagem, mesmo que tais expressões não sejam, segundo ele, as melhores, —mas que não dispomos de outras no momentol.

Mesmo que Eagleton (2006, p. 18 e 19) afirme que o "nosso" Homero não é igual ao Homero da Idade Média, nem o "nosso" Shakespeare é igual ao dos contemporâneos desse autor, é possível perceber que essas obras citadas por ele ainda são apreciadas por milhares de leitores que são testemunhas daquilo que elas provocam neles. E embora leitores valorizem de diferentes modos os diferentes elementos das obras, em épocas e em contextos diferentes, a leitura delas produz algum efeito em que as lê. A própria ideia subjetiva de literatura encontra abrigo na avaliação de Eagleton.

Considerando o que foi observado até aqui, o estudo panorâmico do conceito de literatura feito por Eagleton e as declarações de outros críticos, apresentam a definição e papel da literatura num caminho de encontros e desencontros. Contudo, pode-se perceber, no meio dessas discussões, que há uma tendência em se definir o texto literário como sendo aquele que apresenta a função poética da linguagem, em que existe uma intenção de elaborar o texto para causar algum efeito em quem o lê.

Diante do panorama de discussões sobre o conceito de literatura, cabe destacar que o esforço teórico produziu visões diferentes acerca do fenômeno literário. Quaisquer das propostas estabelecidas por essas teorias, em nada impedem, mas antes contribuem, para o

reconhecimento da Bíblia como literatura. Embora se diga que é mais fácil dizer se um texto é literário ou não, do que mesmo conceituar literatura', é importante salientar que existe uma tradição cultural inegável que estabelece tal condição.

Portanto, a intenção deste trabalho é ver nessa perspectiva conceitual um pressuposto para colocar a Bíblia à disposição da análise literária, já que esse livro tão heterogêneo e escrito durante um período de aproximadamente 1600 anos, segue princípios de construção textual e técnicas literárias também presentes em outras obras que fazem parte do chamado cânone literário. A tal status deve-se uma abordagem correspondente, principalmente por ter havido uma revivescência do interesse nas qualidades literárias desses textos (Alter, 2007, p. 12).

2. BÍBLIA: UMA PERSPECTIVA LITERÁRIA.

A Bíblia é o livro sagrado do cristianismo e, parcialmente, do judaísmo e do islamismo. Muito dela se constitui de textos literários cujos autores teriam recebido uma possível revelação divina. Segundo a tradição, é composta de 40 autores num período de 1600 anos. Escrita originalmente em hebraico, grego e aramaico, é considerada atualmente o livro mais traduzido e lido no mundo. De fato, trata-se de uma coleção de livros compilados, um grupo de textos originalmente escritos com fins religiosos, mas que não deixam de ser texto e, portanto, material que pode ser objeto de análise. Nesse sentido, é importante destacar a riqueza de narrativas, diversidade de gêneros e requinte estético. Basta uma leitura de Jó e Cantares para perceber que sua prosa e verso destilam uma profunda qualidade literária. Jó, por exemplo, emoldura sua narrativa em discursos poéticos de profunda reflexão existencialista: —Nu saí do ventre de minha mãe, e nu tornarei para lá. Jeová deu, e Jeová tirou; bendito seja o nome de Javé! (Jó 1:21).

O livro é visto pelos religiosos, especialmente os cristãos, como um texto muito valioso e que contém a verdade revelada de Deus. E qualquer que seja o valor que se lhe confira (histórico, religioso, ético, social, etc.), a Bíblia não deixa de ser uma ferramenta de comunicação com um público-alvo em particular e com objetivo específico em relação a seus leitores:

[...] a Bíblia, considerada como um livro, atinge seus efeitos por meios que não são diferentes dos geralmente empregados pela linguagem escrita. Isso é verdade quaisquer que sejam nossas razões para atribuir valor a ela – como o relato da ação de Deus na história, como o texto fundador de uma religião ou religiões, como um guia para a ética, como evidências para povos e sociedades no passado remoto e assim por diante. (ALTER, 1997, p. 12-13).

Por ser um texto heterogêneo, oferece múltiplas possibilidades de análise, tanto no campo da lingüística quanto no da literatura. Seja ele um texto de cunho literário ou retórico, atinge seus efeitos como linguagem escrita e permite ao leitor um posicionamento acerca de sua leitura. A partir da recepção de seus leitores, a Bíblia como literatura se ajusta ao papel exposto por Todorov (2010):

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação o mundo, ela pode em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir, mas para isso é preciso tomá-la no sentido amplo e intenso eu prevaleceu na Europa até fins do século XIX e que hoje é

marginalizado, quando triunfa uma concepção absurdamente reduzida do literário (TODOROV, 2010, p. 76).

A relação Bíblia e literatura está presente em muitos países do ocidente. O Hino de Cædmon, por exemplo, incluído por Beda em *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, é considerada a mais antiga peça literária da língua inglesa. Usa o relato de Gênesis 1-2 em sua composição (BEDA apud Colgrave, Bertram; Mynors, Roger AB (1969)). Não é de hoje que tem havido um empenho em demonstrar o valor da Bíblia como literatura. Se enxergada a partir de critérios literários, a Bíblia se revela merecedora de atenção.

Em seu livro *Aurora*, publicado em 1881, o próprio Nietzsche, apesar da crítica que faz à moral cristã, confessa o que sente quando compara o que lê nas Escrituras Hebraicas com a leitura de Píndaro e Petrarca:

[...] para nós Abraão é mais significativo que qualquer outro personagem da história grega ou alemã. Entre o que sentimos lendo os Salmos e o que experimentamos com a leitura de Píndaro e de Petrarca vai a mesma distância que separa a pátria de qualquer terra estrangeira (NIETZSCHE apud RAVASI, 2008, p. 2)

O filósofo prussiano, também poeta, não escondeu sua predileção, ao reconhecer o efeito que a leitura da Bíblia Hebraica lhe causara.

Kierkegaard, considerado o primeiro filósofo existencialista, também demonstrou seu apreço ao usar a história de Jó como paradigma da condição humana: —Eu não leio Jó com os olhos como se lê outro livro qualquer, mas coloco-o sobre o coração [...] Cada palavra é alimento, agasalho e bálsamo para a miséria humana da minha alma! (KIERKEGAARD apud RAVASI, 2008, p. 2).

Tanto Nietzsche quanto Kierkegaard renderam algum reconhecimento à Bíblia ao fazerem essas considerações.

Frye (1981) ainda foi mais enfático quando defendeu que todos os esquemas narrativos conhecidos na literatura e na arte ocidental não são senão variações de enredos bíblicos:

A Bíblia certamente é um elemento da maior grandeza em nossa tradição imaginativa, seja lá o que pensemos acreditar a seu respeito. Todo o tempo ela nos joga a pergunta: por que esse livro enorme, extenso, desajeitado, fica bem no meio de nosso legado cultural, como o —grande Boyg! ou esfinge em *Peer Gynt*, impedindo nossos esforços de circundá-lo?! (2004, p. 20)

Em relação à influência da Bíblia em nossa civilização, Frye (2004) ainda chega a observar que para compreender a literatura inglesa é imprescindível o conhecimento bíblico. Também considera legítima a abordagem da Bíblia como literatura e destaca sua influência na produção de outras obras:

—A abordagem da Bíblia de um ponto de vista literário não é de per si ilegítimo: nenhum livro poderia ter uma influência literária tão pertinaz sem possuir, ele próprio, características de obra literária. Mais a Bíblia era tão obviamente mais do que uma obra literária, seja lá o que este —mais! signifique, que uma metáfora quantitativa não ajudava muito! (FRYE, 2004, p.14)

Diante desse quadro, o crítico literário mostra reconhecimento ao valor histórico-cultural da Bíblia como literatura. Alter (2007) também sustenta essa ideia ao afirmar que a Bíblia é o patrimônio literário modelizante da cultura ocidental. Sua forte influência estaria presente nos hábitos sociais e religiosos, nas manifestações intelectuais e artísticas de nossa sociedade.

A tendência é colocar a Bíblia numa condição em que a Crítica Literária se dedique em analisá-la, já que seu texto segue princípios de construção textual e técnicas literárias também presentes em outras obras que fazem parte do chamado cânone literário. Tal status compreende uma abordagem literária correspondente, já que, conforme observa Alter (2007, p. 12) houve uma revivescência do interesse nas qualidades literárias desses textos.

De forma geral, considerando o leitor formado num determinado contexto cultural e os próprios recursos do texto em si, a literatura produz prazer, espanto, reflexão e deleite. Partindo ou não da escolha ou gosto do leitor, influenciado este pela seleção arbitrária do que seja literatura, pode-se supor que elementos tanto objetivos quanto subjetivos estão envolvidos.

Embora pareça, o caminho de nossa pesquisa não parte da Bíblia à Literatura, pelo simples fato de mencionar a apreciação que alguns teóricos fazem ao texto bíblico. Nosso empenho inicial foi apresentar a possibilidade de lhe dar maior visibilidade acadêmica, já que teóricos tão reconhecidos nesses meios não escondem o reconhecimento ao valor literário da Bíblia, tornando-a, portanto, um possível objeto de análise da crítica literária. O próprio fato de ser um texto com tais moldes já faz desse livro um objeto para tal empreitada.

1.1 As contribuições de Auerbach

Apesar de viver apenas 65 anos, o filólogo judeu-alemão Erich Auerbach contribuiu de forma significativa para a crítica literária. Exilado em Istambul, na Turquia, durante 11 anos, o estudioso de literatura comparada escreve sua obra prima: *Mimesis: a Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. São 20 capítulos que apresentam o caminho da evolução da literatura no Ocidente. O crítico inicia sua empreitada com uma comparação entre Homero e a Bíblia. O primeiro capítulo de seu trabalho notabilizou-se pela análise da narrativa de Gênesis 22:1-13, em que o autor compara o texto bíblico com o canto XIX da Odisseia. Auerbach (2011) contrasta os estilos dos dois textos, igualmente antigos e épicos:

Não é fácil, portanto, imaginar contrastes de estilo mais marcantes do que estes, que pertencem a textos igualmente antigos e épicos. De um lado (Odisseia), fenômenos acabados uniformemente iluminados, definidos temporal e espacialmente, ligados entre si, sem interstícios, num primeiro plano; pensamentos e sentimentos expressos; acontecimentos que se desenvolvem com muito vagar e pouca tensão. Do outro lado (Gênesis), só é acabado formalmente aquilo que nas manifestações interessa à meta da ação; o restante fica na escuridão. (AUERBACH, 2011, p. 9)

Por meio deste trabalho comparativo, o autor empenhou-se em demonstrar que a Bíblia apresenta aspectos de estilo e operações retóricas como os demais textos da literatura mundial, ficando em alguns momentos, acima deles do ponto de vista de qualidade literária (ZABATIERO; LEONEL, 2011, p. 33). Não menos importante ainda é observar o destaque de Auerbach a elementos como —cenário||, —personagens||, —enredo||, a presença de —primeiros e segundos planos narrativos|| e o convite para que o leitor complete o sentido do texto em vários de seus pontos.

A análise se aprofunda um pouco mais quando observa a maneira particular pela qual a Bíblia desenvolve seus personagens, tornando-os ricos embora sejam descritos de forma sucinta: —[...] os próprios seres humanos dos relatos bíblicos são mais ricos em segundos planos do que os homéricos; eles têm mais profundidade quanto ao tempo, ao destino e à consciencial|| (AUERBACH 2011, p. 9). Apresenta ainda a força ambiciosa das narrativas bíblicas, vistas não só como meras construções ficcionais, mas como propostas de um mundo único e exclusivo:

A pretensão de verdade da Bíblia é não só muito mais urgente que a de Homero, mas chega a ser tirânica; exclui qualquer outra pretensão. O mundo dos relatos das Sagradas Escrituras não se contenta com a pretensão de ser uma realidade historicamente verdadeira – pretende ser o único mundo verdadeiro, destinado

ao domínio exclusivo. Os relatos das Sagradas Escrituras não procuram nosso favor, como os de Homero, não nos lisonjeiam para nos agradar e encantar – o que querem é nos dominar. Quando isso se torna impraticável, pela transformação demasiado profunda do meio ambiente e pelo despertar de uma consciência crítica, a pretensão à autoridade corre perigo [...] os relatos bíblicos convertem-se em velhas lendas e doutrina [...] (AUERBACH, 2011, p.11, 12 e 13).

Outra particularidade observada por Auerbach na comparação entre as duas leituras (a Bíblia e Homero) é a explicitude do texto homérico em contraste com as alusões inconclusivas dos textos bíblicos. Homero permite apenas que o analisemos, mas nunca obtemos sucesso com sua interpretação (AUERBACH, 2011, p.10). O texto homérico, por sua riqueza de detalhes, só nos permitiria examinar seu plano de expressão, pois as partes que o compõe estão bem detalhadas e definidas, mas não nos permitiria criar ou atribuir. Os textos bíblicos, por fazerem referências inacabadas a Deus e aos homens, são instigantes, na medida em que impulsionam o leitor à interpretação, a releituras, ao uso da imaginação no processo de produção de sentidos:

[...] o crente se vê motivado a se aprofundar uma e outra vez no texto e a procurar em todos os seus pormenores a luz que possa estar oculta. E como, de fato, há no texto tanta coisa obscura e inacabada, e como ele sabe que Deus é um Deus oculto, o seu afã interpretativo encontra sempre novo alimento. (AUERBACH, 2011, p. 12)

Como se conclui de Auerbach (2011) mais adiante em seu texto, esses dois estilos foram os grandes fatores que tiveram forte influência sobre a representação europeia:

Os dois estilos representam, na sua oposição, tipos básicos: por um lado, descrição modeladora, iluminação uniforme, ligação sem interstícios, locução livre, predominância do primeiro plano, univocidade, limitação quanto ao desenvolvimento histórico e quanto ao humanamente problemático; por outro lado, realce de certas partes e escurecimento de outras, falta de conexão, efeito sugestivo do tácito, multiplicidade de planos, multivocidade e necessidade de interpretação, pretensão à universalidade histórica, desenvolvimento da apresentação do devir histórico e aprofundamento do problemático [...] esses estilos exerceram sua influência constitutiva sobre a representação da cultura europeia. (AUERBACH, 2011, p. 20)

Embora não utilize só Homero e a Bíblia, estes textos encabeçaram, de forma engenhosa, o trabalho de Auerbach, para que mais adiante comente sobre a representação literária da cultura europeia (AUERBACH, 2011 p. 19-20). E a representação enquanto produção de sentido pela linguagem (HALL, 2016), na perspectiva desses textos, dominou o pensamento no Ocidente. Dentro deste panorama, Frye reconhece o valor da Bíblia no

processo de formação do cânon literário ocidental (FRYE, 2004, p. 10).

De forma geral, Auerbach se torna o precursor daqueles que mais tarde emprenderiam uma abordagem literária da Bíblia, conferindo às narrativas bíblicas maior visibilidade. Um legado deixado pelo pioneiro para incentivar o estudo literário do texto bíblico, sendo este um marco importante nesse campo do conhecimento humano.

1.2 As contribuições de Alter

Nascido em 1935, Robert Alter é professor na Universidade de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos, onde leciona hebraico e literatura comparada desde 1967. Escritor de mais de vinte livros, notabilizou-se ainda mais por sua tradução da Bíblia Hebraica, publicada em 2018.

Não menos que Auerbach, as contribuições de Alter à leitura e análise da Bíblia pelo prisma literário têm sido grandiosas. O próprio Alter (2007) reconhece que a relação entre Bíblia e Literatura não era algo que os pesquisadores colocavam com frequência em suas abordagens. Esse tratamento toma outro rumo após a publicação da obra *A Arte da Narrativa Bíblica*, em 1981. O trabalho notável de Alter surge como uma forte contribuição para se investigar as questões centrais da prosa bíblica numa visão literária. Trible (1994) comentando a obra, diz que ele (Alter) propõe que "a Bíblia em sua forma final constitui um documento artístico com uma textura completa de unidade interconectada".

Alter (2007) valoriza os estudos da Bíblia como literatura, defendendo o esforço e as práticas que a crítica literária deveria empreender na análise do texto bíblico da mesma forma que o faz com outros textos da literatura universal:

Quando falo em análise literária, refiro-me às numerosas modalidades de exame do uso engenhoso da linguagem, das variações no jogo de ideias, das convenções, dicções e sonoridades, do repertório de imagens, da sintaxe, dos pontos de vista narrativos, das unidades de composição e de muito mais; em suma, refiro-me ao exercício daquela mesma atenção disciplinada que, por diversas abordagens críticas, tem iluminado, por exemplo, a poesia de Dante, as peças de Shakespeare, os romances de Tolstói. (ALTER, 2007, p. 28- 29).

Em sua obra, Alter (2007) dedica-se ao estudo das passagens da Bíblia, pontuando que, segundo a sua pesquisa, há na Bíblia certa economia na utilização das palavras em

todos os livros bíblicos. Entretanto, quando isso foge à regra, o leitor deve considerar como uma intervenção do narrador bíblico. Nesse sentido, ele explana sobre os motivos por que alguns textos narrativos não são classificados de acordo com esse padrão determinado, citando a repetição de algumas palavras em certas passagens bíblicas, bem como a descrição de maneira minuciosa de alguns personagens, explicando as diferenças e aproximações no caso de um mesmo evento aparecer em múltiplas histórias, destacando ainda a importância desses diálogos.

Ainda, de acordo com Alter (2007, p. 15), um dos elementos importantes para a análise narrativa é —na escolha exata de palavras e detalhes, no ritmo da narração, nos pequenos movimentos do diálogo e em toda uma teia de relações que se ramificam pelo texto. Ou seja, a relação dos múltiplos aspectos —de exame do uso engenhoso da linguagem, das variações no jogo de ideias, das convenções, dicções e sonoridades, do repertório de imagens, da sintaxe, dos pontos de vistas narrativos, das unidades de composição.

Dois características são destacadas por Alter (2007) no texto bíblico: repetição e arte compósita. O mecanismo literário da repetição, principalmente em textos lacônicos do A.T., —serve ao mesmo tempo para unificar e para dar foco à narrativa (ALTER, 2007, p. 146). A proposta de Alter é que as noções de unidade narrativa do escritor bíblico são diferentes das nossas e que pode ser que a miscelânea confusa de textos que as pesquisas tantas vezes quiseram pôr no lugar das noções mais antigas, lida com mais minúcia, forme um padrão intencional (2007, p. 200). A suposta desorganização ou repetição de textos dispersos, não seria uma negligência do redator, mas poderia indicar uma intencionalidade em ampliar a compreensão do tema a partir de outros pontos de observação. Alter observa que temos dificuldades em compreender a lógica narrativa dos antigos escritores e redatores bíblicos. Nesse caso, juntar duas histórias diferentes com o mesmo tema, como no caso apontado, poderia ser uma decisão proposital (ALTER, 2007, p. 204-205).

Já anteriormente defendida por Auerbach, a ideia de —arte compósita apresentava o texto bíblico —menos unitário na sua composição do que os poemas homéricos [...] dificilmente encaixáveis, mas — [...] apreendidos pela interpretação, e que embora sendo uma composição fragmentária com tantos problemas de coesão e coerência, teria nessa característica o enriquecimento das narrativas quando observadas de forma geral. (AUERBACH, 2011, p. 13-15).

Diante desse quadro, pode-se notar que Auerbach defende que, a suposta

desorganização ou junção de textos, deve ser percebida pelo leitor mais profundo e consciente da distância literária dos autores bíblicos, como estratégia própria destes redatores para efetivamente enriquecerem seus textos, postura talvez estranha aos padrões clássicos.

Retomando a argumentação sobre duas redações para representar um mesmo evento, (Alter (2007) afirma que —o escritor bíblico [...] parece ter tido a intenção de obter esse efeito de verdade multifacetada ao apresentar em sequência duas versões diferentes, que ressaltavam duas dimensões distintas do mesmo assunto. (ALTER, 2007, p. 210).

A contribuição de Alter se deu, sobretudo, na perspectiva do texto narrativo bíblico como obra literária. Seu trabalho herda, mas vai além, da visão defendida por Auerbach, na medida em que propõe sua visão literária a partir de relações mais atuais com a crítica literária. Assim como em Auerbach, a pesquisa acadêmica dispõe, nos trabalhos de Robert Alter, de uma grande referência para os estudos da Bíblia como literatura.

1.3 O que é ler a Bíblia como literatura: pressupostos

A Bíblia é um livro religioso, sagrado para judeus e cristãos. Sua função religiosa, porém, não descarta seu valor literário. É possível ler a Bíblia seguindo um caminho diferente daquele proposto pela religiosidade, voltando-se para a análise de suas características literárias. Esta foi a proposta de nosso trabalho: uma perspectiva literária do texto bíblico.

Embora o manto de religiosidade que envolve a Bíblia tenha sido um obstáculo à sua apreciação como obra literária, alguns estudiosos não se dão ao trabalho de ver além do véu e enxergar as possibilidades. Alter (1998, p. 160) explica esse desinteresse literário pela Bíblia durante muito tempo, afirmando que —a Bíblia foi considerada durante muitos séculos, tanto por cristãos quanto por judeus, como a fonte unitária e primária da verdade de revelação divina. O desdobramento da resposta de Alter nos permite perceber o tratamento dado à Bíblia como texto de inspiração divina e manual de vida religiosa somente. A própria história do cristianismo é prova disso, considerando-se tanto indivíduos quanto instituições ou grupo religiosos que fizeram desse livro sua fonte primeira e última de orientação da vida.

Tal postura desencadeou o surgimento de uma maneira de ver o texto bíblico numa

única direção e recepcionado como repositório de regras doutrinárias religiosas indiscutíveis. Nesse contexto, a Bíblia serviu de fonte para construção de dogmas religiosos. Tal abordagem unívoca distanciou-a de outros caminhos de interpretação, como o literário, mesmo tendo-se consciência da rica variedade de estilos que o livro contém. A percepção insuficiente e/ou inadequada do texto bíblico ofereceu a visão de um livro desarticulado de seus variados contextos.

Alter (1998) enfatiza que o fato de utilizar o texto bíblico para formular questões de cunho religioso não deveria descartar a apreciação dos fenômenos narrativos pelo simples fato de considerar estes impróprios para o estudo de um documento essencialmente religioso (ALTER, 1998, p.16-17)

Diante desse quadro, pode-se concluir que, independentemente de qualquer que seja o tratamento em relação ao texto bíblico, os questionamentos em torno do assunto parecem incendiar ainda mais o interesse na busca de novas possibilidades. Além do religioso e do histórico, o caminho de visão literária é também uma via de acesso a esse texto.

Lima (2014) sugere seis postulados para a leitura da Bíblia como literatura. A maioria dessas regras, segundo ele, é extraída de Alter e Auerbach, mas esclarece que não há unanimidade dos autores que lidam com a Bíblia literariamente e que, dependendo da obra teórica usada pelo leitor, pode faltar ou aparecer algumas das características. (LIMA, 2014, p. 143)

Os postulados sugeridos por Lima (2014) recorrem, além de Auerbach e Alter, a leituras de autores como Magalhães (2012); Culler (2011) e Eco (1994).

Das seis regras, a primeira propõe que *ler a Bíblia como literatura é julgar que é possível lê-la de maneira não religiosa*, deixando de lado a ideia de que a Bíblia é produto de alguma forma de intervenção divina no processo comunicativo dos seus autores. Não se pode negar que o aspecto religioso faz parte do texto, e não seria sensato ignorar que essa interação existe, o que não impede seguir a regra postulada.

A proposta do segundo postulado é que *ler a Bíblia como literatura é aceitar a ideia de que ela não precisa ser lida como fonte histórica*, levando os leitores a usá-la, de forma prioritária, como obra de ficção. Lima (2014, p. 143) acrescenta que —Auerbach e Alter procuraram demonstrar que a Bíblia confunde o leitor moderno porque cria um efeito do real que não é comum às obras poéticas e mitológicas do mundo antigol. Haveria também os

riscos do pressuposto, pois os textos são usados pela historiografia como documentos, mesmo que este não seja o interesse da crítica literária.

O terceiro pressuposto apresentado por Lima (2014) toma como base o texto de Culler: “*Estudar alguma coisa como literatura [...] é olhar acima de tudo para a organização da sua linguagem, e não lê-la como a expressão da psique do seu autor ou como o reflexo da sociedade que o produziu*” (CULLER, 2011, p. 31). A —organização da sua linguagem‖ significaria uma leitura texto-centrada, sincrônica, de herança estruturalista. E isso ocorre em muitas das leituras da Bíblia como literatura.

Em quarto lugar, o postulado prescreve que *ler a Bíblia como literatura é interpretar o texto e não usá-lo*. Umberto Eco (1994) distingue dois tipos de leitura: a livre, criativa, descompromissada, e a atenta e comprometida com o perfil do leitor-modelo, sujeito fictício e ideal, para quem o autor destina seu trabalho. A analogia que Umberto Eco faz com o passeio pelo bosque estabelece dois tipos de leitores: os que passam rápido por ele (leitura superficial, leitores que apenas —usam o texto‖), e os que se detêm mais tempo e atentam para os detalhes (leitores que se dispõem a —interpretar o texto‖). Como reforça Lima (2014):

[...] ler a Bíblia como literatura é lê-la no interior de uma tradição acadêmica, a dos estudos literários, onde pressupostos e métodos contribuem para a produção de sentidos que parece mais competente aos olhos dessa tradição, a leitura que supostamente atente às intenções do texto. (LIMA, 2014, p. 144 e 145):

A quinta característica desse protocolo de leitura *está relacionada à estética da recepção proposta nos estudos literários*, em que autor, obra e leitor estariam dinamicamente relacionados. O leitor seria aquele imaginado ou idealizado pelo autor. E embora nenhum leitor possa abstrair-se completamente de seus preconceitos, ideologia e tendências particulares para atender a uma leitura com pressupostos teóricos, os espaços da comunicação se fazem abertos e cheios de possibilidades.

Auerbach e Alter já demonstravam certo interesse pela recepção nos estudos bíblicos, cuja preocupação se concentra numa espécie de recepção virtual, a que é idealizada pelo autor (VOLLI, 2012, p. 22-23). Os estudos de Auerbach e Alter não avançaram muito nesse sentido e sua contribuição consistiu de uma análise do tipo texto-centrada. Entretanto, a evolução dos estudos nessa área talvez apresentem novos resultados de trabalhos e pesquisas (LIMA, 2014, p. 145).

A última característica apontada por Lima (2014), para considerar a Bíblia como literatura, *tem a ver com uma nova perspectiva de unidade literária*. Não se pode deixar de lado as condições de produção do texto bíblico. O leitor religioso tradicional se ambientou à crença numa atuação divina na criação dos textos bíblicos que o levou a —ignorar aspectos literários importantes, como as inúmeras diferenças entre os livros bíblicos que decorrem da multiplicidade de autores que os escreveram‖ (LIMA, 2014, P. 146).

Se de fato existe uma multiplicidade de autores com suas particularidades, é razoável não dispensar a leitura singularizada a partir do estilo que cada um deles apresenta. Isso implicaria não ler o texto bíblico apenas numa visão unívoca. É necessário esclarecer que, por outro lado, a exegese tradicional reagiu à leitura religiosa, mas cometeu exageros ao segmentar e delimitar muito o texto, relegando algumas partes ao esquecimento.

Com o desenvolvimento dos estudos literários voltados para a Bíblia, novos e mais eficazes instrumentos surgem no enfrentamento da problemática, concentrando a atenção —sobre conjuntos textuais limitados, escolhendo como objeto de estudo livros individuais ou grupos textuais que se aproximam por algum fator‖. Podemos citar exemplos como os Evangelhos Sinóticos, as Cartas Paulinas, os Profetas Pré-Exílicos, etc. Nessa perspectiva, *ler a Bíblia como literatura é advogar a ideia de que as narrativas bíblicas, embora apareçam fragmentadas, se apresentam em grupos de unidade literária*, defendidos por Alter (2011) como um tipo de —arte compósital‖, e que, portanto, requerem acuidade do leitor para esse tipo de apreensão do texto (LIMA, 2014, p. 146).

Diante desse quadro, a nossa proposta foi apresentar um caminho para a leitura da Bíblia seguindo pressupostos que se ajustam a teorias literárias contemporâneas. Para tanto, buscamos sustentar a ideia de que a Bíblia pode ser reconhecida não só como livro de história e religião, mas também, e principalmente, como literatura, por se tratar de um texto que carrega estilo, forma e conteúdo que não podem ser ignorados nem pelo leitor comum nem pela crítica literária. A própria influência cultural que a Bíblia teve no Ocidente, a apresentação do seu texto, rico em prosa e poesia, bem como a boa recepção dos leitores, já lhe garantem lugar no chamado —cânone literário‖.

3. OS CONCEITOS OPERACIONAIS DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

O surgimento na França, na segunda metade da década de 1960, de um campo de pesquisa caracterizado como —análise do discurso não se deu a partir de um único fundador e dentro dos limites de uma disciplina bem identificada.

A enunciação apresenta uma série de problemas teóricos muito complexos, mas desempenha um papel central na teoria semiótica. A linguística saussuriana, de fato, parou no reconhecimento da oposição: de um lado o sistema de linguagem, de outro o discurso, a palavra falada. A enunciação é precisamente a articulação entre esses dois aspectos da teoria linguística. É por meio da enunciação que se atualiza e concretiza o sistema abstrato da linguagem (TROIS, 2004).

Alguns estudiosos foram essenciais para o desenvolvimento da teoria da enunciação, visto sua relação direta com o estudo da linguística e do discurso, entre eles Émile Benveniste e Oswald Ducrot.

Partindo deste contexto, buscou-se responder quais são os principais aspectos que envolvem a teoria da enunciação e sua importância nos estudos da linguagem a partir da compreensão da dicotomia entre língua e fala, além de apresentar a teoria de dois principais estudiosos neste campo: Émile Benveniste e Oswald Ducrot.

O conceito de enunciação que apresentamos aqui serve ao entendimento da temática abordada na pesquisa por elucidar em que medida e de que maneira o discurso se realiza. Para tanto, o método que foi utilizado na elaboração deste capítulo foi buscar, na bibliografia existente, conceitos e análises pertinentes, com o objetivo de fornecer subsídios e base à nossa pesquisa.

3.1 Estudos da linguagem

O desejo de comunicação foi a principal causa da criação da linguagem. Charles Winick definiu a linguagem como um sistema de símbolos vocais arbitrários, usado para expressar pensamentos e sentimentos comunicáveis e permitindo que os membros de um grupo social ou comunidade de fala interajam e cooperem, sendo um meio de expressão oral (FERNANDES, 2005).

A linguagem é um produto não de uma causa, mas de vários fatores. É, na verdade,

uma criação social, uma invenção humana, uma invenção inconsciente de toda uma comunidade. Pode ser considerada tanto uma instituição quanto um corpo de leis não escritas e, como essas, foi acionado pelas necessidades da sociedade em desenvolvimento (MUSSALIN, 2005).

A fabricação da linguagem é um mero incidente da vida social e do crescimento cultural. É um erro sustentar que em algum período os homens estão empenhados em fazer e armazenar expressões para seu próprio uso futuro e o de seus descendentes, quanto que, em outro período, a sucessão encontrará expressão. A produção da linguagem é um processo contínuo, varia em proporção e tipo com as circunstâncias e hábitos da comunidade falante, mas nunca cessa, nunca houve um momento em que estava acontecendo mais verdadeiramente do que agora (MAZIÉRE, 2007).

Assim, a linguagem não é criação de uma pessoa ou de uma época, mas é uma instituição na qual trabalharam centenas de gerações e inúmeros trabalhadores individuais (CUNHA, COSTA e MARTELOTTA, 2009).

Ao longo dos séculos, a linguagem humana tornou-se objeto de pesquisas científicas, que acreditavam e ainda acreditam hoje, por exemplo, que a linguagem que se dobra sobre si adquire uma espessura que é própria, desenvolve sua própria história, certas leis e uma objetividade que pertence apenas a ele (DIONÍSIO, 2005).

Durante o período antigo, a linguagem era estudada como fala. A suposição comum era que as palavras humanas eram expressões verbais do pensamento e essa imagem das coisas. A teoria especulativa da linguagem tinha justificativas muito plausíveis na filosofia antiga (especialmente em Platão). Os filósofos acreditavam que as palavras (nomes) eram espelhos de ideias e tinham a função simples de comunicar o pensamento e indicar a realidade por ele refletida (MUSSALIN, 2005).

No final do século 17, surgiram as primeiras tentativas de uma gramática geral. Os primeiros glossários universais são então compostos a partir do pressuposto de uma única linguagem primitiva, que teria fornecido o complexo inicial de raízes verbais e que eventos posteriores estranhos à linguagem teriam contribuído para modificar progressivamente (CUNHA, COSTA e MARTELOTTA, 2009).

Com Ferdinand de Saussure a convicção de que a linguagem é a representação de um pensamento existente em si é definitivamente superada. Na verdade, este filósofo argumenta

que o pensamento não existe antes da linguagem, exceto como uma "massa amorfa ou nebulosa". Portanto, não há um modelo antecedente ao qual se referir para julgar a organização de uma língua: o critério organizacional interno é a função comunicativa que cada língua deve desempenhar (FERNANDES, 2005).

Saussure introduziu os termos "sincronia" e "diacronia" significando com o primeiro o complexo de relações que constituem uma língua em um dado momento, independentemente de sua história, e com o último o complexo das etapas sucessivas de uma língua. A pesquisa sincrônica deve ser conduzida fora de qualquer consideração diacrônica. As conclusões alcançadas pela linguística estruturalista consolidaram e estimularam em parte os estudos de etnólogos e sociólogos (DIONÍSIO, 2005).

A etnolinguística se viu analisando mundos que em parte pareciam estruturados de maneira diferente, em parte culturas irreduzíveis, formas estranhas de interpretar a totalidade da existência. Isso levou muitos à convicção de que as línguas não são várias expressões da mesma realidade entendida por todos em sua identidade fundamental, mas constituem maneiras verdadeiramente diferentes pelas quais os povos moldam a realidade (MAZIÉRE, 2007).

A filosofia sempre teve um interesse particular pela linguagem, considerando-a a ferramenta com a qual o homem construiu um objeto imediato de espanto e interesse (MUSSALIN, 2005). É evidente que as ideias de linguagem na filosofia seguiram caminhos diferentes e variados graças ao estudo e trabalho de alguns filósofos, incluindo Ernst Cassirer, Martin Heidegger, Hans Georg Gadamer, Paul Ricoeur. O estruturalismo, por outro lado, está na confluência dos estudos linguísticos, filosóficos e até psicológicos, segundo os quais a estrutura da linguagem intervém no mesmo momento de ideação e conhecimento da realidade (CUNHA, COSTA e MARTELOTTA, 2009).

Diante das considerações expostas, pode-se dizer que a teoria da enunciação é relevante para os estudos da linguagem, visto que a enunciação transforma a linguagem em discurso. E nesse sentido, tal desdobramento serviu à nossa pesquisa, já que os personagens/oradores do texto analisado podem ser configurados dentro de um quadro de *atuantes e circunstâncias* encenados pelo ato da enunciação. Tal encaminhamento permite ampliar o foco da análise.

3,2 A dicotomia língua e fala

Uma dicotomia é qualquer divisão de um todo em exatamente duas partes não sobrepostas. Em outras palavras, é uma bipartição de elementos mutuamente exclusiva, isto é, nada pode pertencer simultaneamente a ambas as partes, e tudo deve pertencer a uma parte ou a outra. Eles são frequentemente contrastantes e chamados de opostos (BENTES, 2001).

O termo vem de *dichotomos* (dividido em dois), *dicha* (dois) e *tomê* (um corte, incisão), e se aplica diretamente quando o termo é usado em matemática e linguística. Um dos conceitos fundamentais da linguística é a dicotomia língua e fala (*langue - parole*). A língua é um sistema de sinais elementares e complexos fonemas, morfemas, palavras, combinações de palavras, enunciados e combinações de enunciados. A linguagem, como tal sistema, existe apenas em mentes humanas e as formas ou unidades linguísticas podem ser sistematizadas em paradigmas (KOCH, 2004).

A proposta de divisão bipartida da linguagem apresentada por Saussure compreende caracterizar a língua como essencialmente social, ao passo que a fala teria sua característica individual. Enquanto a língua é articulada e convencionada por determinada comunidade linguística, a fala é a forma pessoal de expressão de cada indivíduo. Através da fala a língua é transmitida. Para Saussure, a língua é a realização da linguagem, compreendendo, desta forma, um sistema de signos específicos aos membros de uma mesma comunidade. A fala compreende um fenômeno físico e concreto e, na perspectiva do ouvinte, é uma ocorrência fonética, visto que a articulação da voz produz sons audíveis, envolvendo o aparelho fonador e os sons da fala (SAUSSURE, 2012)

A língua é um sistema mentalmente organizado de unidades linguísticas, e diferentemente dela, a fala não é um fenômeno mental, não é um sistema, mas um processo de combinação desses elementos linguísticos em unidades linguísticas lineares chamadas sintagmas. O resultado desse processo é a combinação linear ou sintagmática de vogais e consoantes em palavras, palavras em combinações de palavras e frases e combinações de frases em textos (BOUQUET, 2000).

A linguagem e a fala são duas ferramentas de comunicação diferentes. A linguagem é a ferramenta pela qual escrevemos, entendemos, etc., e a fala é a ferramenta de comunicação que é usada para comunicação verbal entre indivíduos (KOCH, 2004).

A fala é considerada a expressão de pensamentos e sentimentos humanos por meio

de sons articulados que saem da boca e nariz (com a ajuda dos nervos cranianos, pulmões, cordas vocais, gargantas, palatos moles, dentes, músculos faciais e do pescoço e línguas). É uma forma de expressar a linguagem (FERNANDES, 2005).

Um dos significados de linguagem do dicionário é a comunicação de sentimentos e pensamentos por meio de um sistema de sinais específicos, como sons, voz, símbolos escritos e gestos. É considerada uma capacidade especializada dos humanos, em que usam sistemas complexos de comunicação. O estudo das línguas é denominado de linguística (BENTES, 2001).

A linguagem tem quatro regras diferentes que são compartilhadas socialmente. Primeiro, o que uma palavra significa - o significado das palavras que é chamado de vocabulário; segundo, como inventar novas palavras; terceiro, como colocar as palavras juntas em uma sequência e, finalmente, como usar a frase em uma situação particular. (KOCH, 2004).

A linguagem pode ser receptiva, significando compreensão de uma linguagem, e linguagem expressiva, que significa o uso da linguagem oralmente ou por escrito. Se simplificar, a linguagem expressa uma ideia comunicada na mensagem (MAZIÉRE, 2007).

Um dos significados de fala é o ato de expressar ou a faculdade de descrever sentimentos e pensamentos ou percepções por palavras. Trata-se da capacidade especificamente humana de se comunicar verbalmente pelo uso de combinações sintáticas de diversos vocabulários (BENTES, 2001). Cada palavra falada possui uma combinação fonética de certas unidades de som. A fala é criada por vocabulários, sintaxe e um conjunto de unidades de som. É a forma verbal de comunicação.

3.3 Enunciação e seus conceitos

A teoria da enunciação foi inspirada pela filosofia da linguagem, bem como pelas obras de Bakhtin, Jakobson, Bally e Benveniste, os quais têm em comum o fato de não verem a linguagem como um sistema abstrato, mas sim foco em suas relações com seus usuários e contexto. Como tal, pode-se dizer que a teoria da enunciação está firmemente ligada à pragmática do discurso. Sua abordagem parte da pressuposição de que os enunciados de um discurso inevitavelmente contêm traços do ato que os produziu (enunciação), do contexto em que foram produzidos e da subjetividade do produtor

(FLORES et al., 2008).

Benveniste define enunciação como a operacionalização da linguagem por um ato individual de uso. Quando usada com esse significado, enunciação é vista como um ato individual, cujo resultado é um objeto linguístico singular, a saber, o enunciado (BARROS, 2001).

Cada enunciado individual é o produto de um único ato de enunciação, de um evento histórico particular. No entanto, a linguística tradicionalmente lida não com enunciados individuais e particulares (a *parole* de Saussure), mas sim com um sistema ideal abstrato, que Saussure chama de *la langue*. Além disso, como a enunciação é um ato, ao contrário do enunciado, ela não é tangível e, portanto, não pode ser estudada em si mesma (PIRES e WERNER, 2006).

Parece, então, que o conceito de "enunciação" está duplamente excluído do âmbito da linguística, uma vez que é individual e intangível. No entanto, nem tudo na enunciação pertence ao caótico e ao particular, e uma parte substancial disso pode realmente ser descrita em termos de um sistema. Há uma distinção crucial a ser feita entre cada enunciação individual (vista como um evento histórico único) e o fenômeno geral da enunciação, ou seja, um sistema estável que emerge da multiplicidade de todos os atos individuais de enunciação (DESSON, 2006).

Estudar a enunciação é, portanto, estudar um conjunto de mecanismos específicos por meio dos quais o locutor converte o sistema abstrato da *langue* em discursos. Esses mecanismos podem ser estudados por meio dos rastros que deixam em seus produtos, os enunciados (SILVA, 2009).

O discurso não só veicula informações, mas também é produto da interação entre dois protagonistas, o locutor e o destinatário. Por meio dessa interação, o falante se posiciona em relação ao destinatário, à enunciação, ao enunciado e ao mundo, bem como aos enunciados anteriores e futuros. Essa atividade deixa traços no enunciado que os linguistas procuram sistematizar (NAUJORKS, 2011).

Não há apenas o dito, mas também o fato de dizê-lo, o enunciado que se reflete na estrutura do enunciado. Uma grande agenda de pesquisa da teoria da enunciação, portanto, envolve a identificação e interpretação dos traços linguísticos através dos quais o ato de falar e as crenças e atitudes de um falante deixam sua marca na estrutura superficial do texto:

shifters, pressupostos, atos de fala e performativos, conectivos e "partículas enunciativas" (por exemplo, no entanto, francamente), advérbios de escala e adjetivos avaliativos (por exemplo, um pouco, muito, bom), aspectos, modalidades (POSSENTI, 2001).

Outro foco importante para a teoria da enunciação é o estudo de S&TP já que, como se verá a seguir, o discurso relatado lida não apenas com a subjetividade do "locutor", o responsável pelo ato de enunciação e referido como eu, mas também com a subjetividade de outras vozes que se —fundem em o enunciado (enunciadores") (NAUJORKS, 2011).

Embora seja baseado em um conjunto de conceitos relativamente bem definidos e unificados, como "enunciação" ou "enunciado", seria enganoso imaginar a estrutura da teoria da enunciação como um todo homogêneo. Na verdade, muitos estudiosos influentes trabalharam dentro dessa estrutura desde suas origens na década de 1960 (GIACOMELLI, 2004).

Quer o indivíduo se expresse por escrito ou oralmente, troca-se informações com outras pessoas. A enunciação existe a partir do momento em que ocorre o ato de falar ou escrever. O resultado da enunciação é denominado *enunciado* e as circunstâncias em que o *enunciado* ocorre são denominadas *situação de enunciado* (FLORES et al., 2008).

A enunciação, que é o ato de produzir um enunciado (énoncé), realiza o que Benveniste descreve como a conversão da linguagem em discurso. O que ordena essa conversão é a situação, nova e única a cada vez, na qual o falante se encontra, seu hic et nunc específico, um ponto de referência do qual seu discurso tira seu sentido e que o torna inteligível para outras pessoas. Esse ato individual de apropriação da linguagem constitui o primeiro aspecto formal de todos os enunciados. O segundo aspecto consiste no fato de que os enunciados são necessariamente produzidos em uma situação de intersubjetividade (SILVA, 2009).

Enunciação vem da palavra latina *enuntiationem*, que significa declaração. Enunciar é mais do que pronunciar palavras com clareza. Enunciação refere-se a quão clara e distintamente um indivíduo particular forma os sons que compõem uma palavra. Enunciação pode ser definida como falando claramente, afirmando cada palavra de forma completa e distintamente. Esta é uma função de como um indivíduo fala, e não como uma palavra deve ser pronunciada (BARROS, 2001).

O termo Enunciação faz alusão a atividades sociais e atividades interativas, um fim

de fazer um pregador (uma pessoa que fala por ele) e um falante (pessoa que fala ou instruída a língua) operarem através da língua. Na pesquisa da linguagem e em muitos outros campos conceituais, uma forma como a expressão oral é definida varia de acordo com o método de expressão oral utilizado. Embora haja diferenças na abordagem teórica desse conceito, ele costuma estar diretamente relacionado ao conceito declarativo (CREMONESE, 2007).

A enunciação é um único ato individual, não afetado pela outra parte ou qualquer outra pessoa. É determinado pelas circunstâncias que especifica a situação social em que o discurso é feito. A lei da criação da linguagem é essencialmente uma lei da psicologia individual, e a capacidade de uma pessoa de criar seus pensamentos de maneira lógica dependerá da externalização desse pensamento. (GIACOMELLI, 2004).

Cada enunciação é um diálogo. Faz parte do processo de comunicação ininterrupto. Não existem declarações profissionais. Cada afirmação é baseada nas pessoas que a antecederam. A afirmação é apenas um elo da corrente. Nesse sentido, cada palavra já é um antônimo, uma resposta (BARROS, 2001).

Diante desse panorama conceitual introdutório, foi possível à nossa proposta de pesquisa encontrar acesso para a produção de análise, à medida que a enunciação é uma atividade sócio- interativa, caracterizada como um ato único do momento e circunstância do falante. Tal interação intersubjetiva como conceito da enunciação é uma ocorrência linguística no texto em pauta que faz parte de nossa investigação.

3.3.1 Enunciado

A situação de enunciação é a situação em que uma fala foi proferida, ou em que um texto foi produzido. Isso permite, grosso modo, determinar quem fala com quem (ou: quem escreve para quem) e em que circunstâncias (SILVA, 2009).

O ato de enunciação encena os atuantes e as circunstâncias (por exemplo, "eu", "você", "aqui" e "agora"). Ora, dependendo se os atuantes e circunstâncias da situação de enunciação estão presentes ou não em um determinado enunciado, este último será dito ancorado ou então desligado da situação de enunciação (CREMONESE, 2007).

Um enunciado cortado da situação de enunciado (também se diz *um plano não engajado*) não inclui nenhum índice que permita sua identificação. Muitas vezes esta é a

história, mas também declarações sentenciosas, textos jurídicos, provérbios, instruções de uso, descrições técnicas, demonstrações científicas, etc., e geralmente isso se refere à palavra escrita (NAUJORKS, 2011). Um enunciado ancorado na situação de enunciado (também se diz —plano engrenadol) inclui pelo menos um índice (ou caixa de engrenagens) que permite localizá-lo (KNACK, 2012).

3.3.2 Enunciador

O enunciador é o ator que diz (ou poderia dizer) "eu". Também é chamado de remetente ou sujeito do enunciado. Nota-se que o sujeito da enunciação não deve ser confundido com o sujeito do enunciado, este correspondendo mais ou menos ao sujeito gramatical (POSSENTI, 2001):

- O enunciador é mais precisamente chamado de falante, oralmente; e escritor, ou escritor, por escrito;
- O enunciador é sempre singular: — nós^{ll}, por exemplo, contém apenas um único —eul;
- O ato de comunicação parte, sem dúvida, da vontade do enunciador: este é o seu centro e assume a responsabilidade por ele. Consequentemente, é sempre útil questionar-se sobre as próprias intenções (convencer, mover, distrair, fazer sonhar, etc.), sejam elas manifestas ou latentes. É assim que todos os avatares que vierem atrapalhar a enunciação (fluxo, tom, hesitações, escorregões...) farão parte dela, e informarão sobre o enunciador e, portanto, sobre a enunciação.

3.3.3 Destinatário

O destinatário é o actante para o qual o enunciador diz (ou poderia dizer) "você". Ele também é chamado de co-enunciador (BRAIT, 2001):

- O destinatário é mais precisamente chamado de interlocutor, ou falante, ou ouvinte, oralmente; e leitor, por escrito;
- Obviamente, é o número dois do ato de comunicação. A fala é dirigida a ele, mas pode estar mais ou menos envolvida nisso; os linguistas dizem que o grau de presença

pode variar;

- Além disso, e ao contrário do enunciador, o destinatário pode ser múltiplo (ao se dirigir a várias pessoas ao mesmo tempo);
- Deve ser distinguido do receptor ou receptor: pode-se receber uma declaração sem ser a pessoa a quem se destina.

3.3.4 Circunstância

As circunstâncias referem-se essencialmente às circunstâncias de lugar e tempo, que são avaliadas em relação ao ato de enunciação (KNACK, 2012):

- Um lugar circunstancial é determinado em relação ao lugar do enunciado (—aquil, isto é, o lugar onde o "eu" fala ou escreve);
- Uma circunstância de tempo é determinada em relação ao tempo do enunciado ("agora", isto é, o momento em que o "eu" fala ou escreve).

Mas as circunstâncias também designam, em um sentido mais amplo, o conjunto de circunstâncias que determinam um ato de enunciação (alguns linguistas falam de um contexto enunciativo) (KNACK, 2012).

3.3.5 Tempo verbal

Os tempos são diferentes no discurso e na narrativa. Eles não devem ser misturados ou, em qualquer caso, não devem ser misturados de qualquer maneira. A narrativa é uma história em que eventos são contados, sejam eles imaginários ou reais. Pode ser encontrada em romances, autobiografias, contos ou mesmo fábulas (CREMONESE, 2007).

É a terceira pessoa do singular e do plural que são usados na história e o tempo de referência está no pretérito. Os advérbios espaço-temporais também marcam essa distância do presente (como por exemplo, antigamente, antigamente, neste lugar) (BRAIT, 2001). Deve-se usar:

- O pretérito simples para expressar uma ação repentina e proeminente e / ou ações sucessivas. É o tempo da história por excelência;

- O imperfeito para descrever, expressar hábito e repetição, ou expressar ação de fundo quando usado com o pretérito simples;
- O mais que perfeito para expressar a anterioridade em relação a um acontecimento passado;
- O passado para expressar uma ação passada em um momento específico antes de outra ação passada;
- O presente condicional para expressar posterioridade em relação a um evento passado.

É possível encontrar narrativa presente em um texto no pretérito. Nesse caso, existe para atrair a atenção do leitor e concretizar as ações que estão sendo contadas. Em seguida, ele substitui o passado simples. Mais raramente, é possível encontrar o pretérito em uma história na linguagem cotidiana, em vez do simples pretérito (POSSENTI, 2001).

3.4 Teoria benvenistiana

Nascido em Aleppo em 1902, Emile Benveniste foi professor de linguística no Collège de France de 1937 a 1969, quando foi forçado a se aposentar devido a problemas de saúde, tragicamente causados por afasia. Faleceu em 1976. Depois de ser educado na Sorbonne com o ex-aluno de Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet, o trabalho inicial de Benveniste na década de 1930 deu continuidade ao interesse de Saussure pela história das formas linguísticas indo-europeias, particularmente o status dos nomes (FIORIN, 2017).

Por causa da natureza técnica e especializada desse trabalho inicial, Benveniste era pouco conhecido fora de um círculo relativamente estreito de estudiosos. Essa situação mudou com a publicação do primeiro volume de seu *Problèmes de linguistique générale* em 1966. Um segundo volume apareceu em 1974 (ONO, 2007).

O livro reúne os escritos mais acessíveis de Benveniste de um período de mais de 25 anos e olha a linguagem como um objeto linguístico e semiótico, como um instrumento de comunicação, como um objeto social e fenômeno cultural e como veículo de subjetividade (FLORES, 2013).

A teoria dos pronomes de Benveniste especialmente a relação entre *—eull* e *—vocêl* ou o que é chamado de polaridade eu-você, é de fundamental importância para o

desenvolvimento de uma concepção dinâmica da subjetividade (PIRES e WERNER, 2006).

Roland Barthes, da mesma forma, viu claramente os escritos de Benveniste sobre a —voz do meio|| do verbo como sendo de importância seminal para a compreensão da posição do escritor hoje, o escritor que agora escreve intransitivamente (voz do meio). Mais recentemente, Giorgio Agamben recorreu à teoria de Benveniste do sujeito do ato enunciativo para formular uma teoria do testemunho da impossibilidade de testemunhar em relação a Auschwitz (ARESI, 2012).

Em seu trabalho com os pronomes, Benveniste desenvolveu uma teoria da diferença entre o énoncé (declaração independente do contexto) e a e'nonciation (o ato de declarar vinculado ao contexto). Dado o fenômeno de —shifterização||, conforme elaborado por Roman Jakobson, nenhum significado de um énoncé contendo pronomes e outros marcadores do shifter (como —aquil||, —lá||, —isto||, —aquilo||, etc.) pode ser entendido sem referência ao contexto, equivalente aqui ao ato de enunciação (TROIS, 2004).

Já que é difícil dar um exemplo de e'nonciation porque, na verdade, um e`nonce é sempre o veículo necessário de qualquer exemplo (um exemplo é uma instância de um ato de fala fora de seu contexto), é importante reconhecer que o sujeito na linguagem é indissociável de sua realização. Em outras palavras, o sujeito não equivale ao status que lhe é atribuído na estrutura gramatical formal (FIORIN, 2017).

Em termos deste último, o sujeito é sempre a entidade fixa e estática dada no e`nonce. Em suma, então, o insight de Benveniste é que qualquer linguística que queira fazer justiça à dinâmica da linguagem deve vê-la como uma instância discursiva, como discurso. O discurso é a representação da linguagem (DESSON, 2006).

Um elemento-chave da teoria da linguagem como discurso de Benveniste é sua teoria dos pronomes e, em particular, a teoria da polaridade eu-você. Gramaticalmente, essa polaridade constitui os pronomes de primeira e segunda pessoa, com ele-ela-isso constituindo a terceira pessoa (FLORES, 2013).

O insight de Benveniste é que a terceira pessoa funciona como a condição de possibilidade da primeira e da segunda pessoas; a terceira pessoa é uma não-pessoa, um status revelado pela voz neutra da narração, ou descrição a voz da denotação. Kristeva passou a perceber essa polaridade como a chave para entender a dinâmica da relação sujeito-objeto (eu = sujeito, você = objeto) na linguagem. O resultado é que, agora, a polaridade eu-

você tem um significado único em relação ao presente exemplo de discurso (RODRIGUES, 2007).

Benveniste (1971) explica, ao discutir a realidade a que se referem, que a pessoa que está proferindo a presente instância do discurso que contém eu, encontra-se de uma instância que é única por definição e tem validade apenas em sua singularidade. (BENVENISTE, 1971).

De maneira mais geral, Benveniste vê a linguagem como essencialmente um diálogo entre duas ou mais partes, ao contrário de um sistema de sinalização em que não há diálogo. Mais uma vez, na linguagem, uma mensagem pode ser passada para uma terceira pessoa, em contraste com um sistema de sinalização em que a —mensagem não vai além do receptor (ARESI, 2012).

Por fim, a linguagem humana é uma forma que possibilita uma variedade infinita de conteúdo, enquanto um sistema de comunicação simples baseado em meros sinais, invariavelmente se limita ao que está programado (BARBISAN, 2006).

Uma implicação importante decorrente desses insights é que a linguagem humana pode ser usada de forma irônica, ou de uma forma que exige a constante interpretação e reinterpretação dos significados potencialmente múltiplos latentes na demonstração. Isso significa que a linguagem humana tem um lado poético e fictício inegável. Ligado a isso está a implicação adicional de que, como enunciação a linguagem humana nunca se repete exatamente, como é o caso de um sistema de sinais (ONO, 2007).

Embora ele nunca tenha afirmado que o pensamento e a linguagem eram idênticos, Benveniste também não aceitaria a posição de Hjelmslev, para quem o pensamento era inteiramente separado da linguagem. Por sua vez, Benveniste assinalou que, na prática, é impossível separar o pensamento da linguagem, pois, no mínimo, a linguagem deve ser o veículo do pensamento (FIORIN, 2017).

Embora seja um forte defensor da importância de Saussure para a história da semiótica e da linguística modernas, Benveniste também reconheceu a necessidade de modificar a teoria de Saussure, em particular no que se refere à relação que Saussure traçava entre a linguística e a semiótica (PIRES e WERNER, 2006).

A linguística, disse Saussure no Curso de Linguística Geral, um dia seria subsumida pela semiótica, disciplina que estuda os sistemas de signos. Essa previsão, Benveniste

reconheceu, precisa ser cuidadosamente pensada. Ao fazer isso, Benveniste observa que sistemas linguísticos como o código Morse, Braille ou língua de sinais para surdos e mudos podem ser traduzidos entre si, enquanto os sistemas semióticos são caracterizados por sua não redundância e, portanto, não são mutuamente traduzíveis (RODRIGUES, 2007).

Como o autor explica, não há sinonímia entre sistemas semióticos, não se pode dizer a mesma coisa através da fala e da música, que são sistemas, cada um tendo uma base diferente (BENVENISTE, 1974). Novamente, dois sistemas semióticos podem muito bem ter a mesma base constituinte e ainda assim ser mutuamente intraduzíveis (D'ÁVILA, 2004).

Consequentemente, conclui Benveniste, não existe um único sistema de signos que transcenderia todos os outros sistemas; a possibilidade de uma semiótica abrangente que incluiria a linguística é, portanto, grandemente reduzida. O inverso é talvez muito mais provável, a saber, que o sistema linguístico é a base da tradução de todos os sistemas semióticos (TROIS, 2004).

Além de sua análise da diferença entre os sistemas semiótico e linguístico, está a discussão de Benveniste sobre a diferença entre as dimensões semiótica e semântica da linguagem. A dimensão semiótica (semiótica) é o modo de significação próprio do signo. Fundamentalmente, a semiótica existe quando é reconhecida. É independente de qualquer referência (RODRIGUES, 2007).

O aspecto semântico, por outro lado, deve ser compreendido, ao invés de reconhecido. Como resultado, é inteiramente referencial e engendrado pelo discurso. Benveniste também se tornou influente durante a década de 1960 com seus escritos sobre a natureza da linguagem (FLORES, 2013).

Como Le´vi-Strauss, ele apontou que a linguagem é constitutiva da ordem social, e não o contrário. Além disso, foi Benveniste quem mostrou que o aspecto único e paradoxal da linguagem em seu contexto social é seu status de instrumento superindividual que pode ser objetivado (daí a linguística) e que, como instância do discurso, é constitutivo da individualidade (GIACOMELLI, 2004).

Na verdade, a polaridade eu-você implica que o indivíduo e a sociedade não são mais termos contraditórios; pois não há individualidade sem linguagem e nenhuma linguagem independentemente de uma comunidade de falantes. Embora Benveniste reconheça que é perfeitamente possível estudar a história das línguas nacionais assim como é possível estudar

a história das sociedades - não é possível estudar a história da língua como tal, ou a história da sociedade como tal, porque só na linguagem e na sociedade a história é possível.

Benveniste (1971) explica que a humanidade, a linguagem (langue) e a sociedade são realidades inconscientes e que não podemos imaginar no exercício da linguagem e na prática da sociedade que, nesse nível fundamental, poderia ter havido um começo para qualquer um deles. Nenhum destes, segundo ele, pode ser alterado pela vontade humana (BENVENISTE, 1971).

Conseqüentemente, mudanças importantes certamente ocorrem dentro das instituições sociais, mas o laço social em si não muda; da mesma forma, as designações da linguagem podem mudar, mas não o sistema de linguagem. Isso, Benveniste tentou impressionar aqueles que, como Freud em alguns de seus escritos, explicariam a linguagem e a sociedade no nível da ontogênese. O risco é que a forma primitiva (da sociedade, da língua, da cultura) sirva de explicação para a forma mais avançada (D'ÁVILA, 2004).

Nesse sentido, as sociedades primitivas foram consideradas por Rousseau e por certos antropólogos que foram influenciados por ele como a infância da humanidade e, portanto, detêm a chave para o conhecimento dos fundamentos da sociedade ocidental (GIACOMELLI, 2004).

Benveniste, em 1956, para seu crédito, demonstrou que Freud, também, não estava livre da tentação de recorrer a uma ontogênese para explicar o sonho, as palavras primitivas e a linguagem em geral. A resposta de Benveniste é apontar que as confusões parecem ter surgido em Freud a partir de seu recurso constante às origens da arte, da religião, da sociedade, da linguagem (ONO, 2007).

Ele estava constantemente transpondo o que lhe parecia "primitivo" no homem para um primitivismo original, pois foi de fato na história deste mundo que ele projetou o que pode se chamar de cronologia da psique humana. Ao chamar a atenção para os riscos envolvidos em permitir que a ontogênese tenha uma forte influência na teoria social, Benveniste mostra-se um dos que abriu o caminho para uma abordagem estruturalista (e posteriormente pós-estruturalista) para a análise e interpretação dos fenômenos sociais (ARESI, 2012).

Ele mostrou conclusivamente que a linguagem não tem origem precisamente porque é um sistema. Portanto, não pode haver linguagem primitiva. A linguagem muda, mas não avança. Linguisticamente, toda linguagem natural, sem exceção, é complexa e altamente

diferenciada. Com Benveniste, então, o etnocentrismo da etnografia inicial sofre um golpe significativo (DESSON, 2006).

3.5 Teoria de Oswald Ducrot

Oswald Ducrot, nascido em 27 de novembro de 1930, é um linguista francês. Agrégé em filosofia, ex-pesquisador associado do CNRS, é diretor de estudos da École des hautes études en sciences sociales (EHESS), em Paris. É autor de inúmeras obras, em particular sobre enunciação. Ducrot desenvolveu, com Jean-Claude Anscombre, uma teoria da argumentação em linguagem que consiste em apreender o desdobramento da argumentação não apenas no discurso, no uso prático das potencialidades linguísticas, mas no nível da própria linguagem (BIGLARI, 2013).

A ideia central é que a linguagem não tem como objetivo principal a representação do mundo, mas a argumentação. Em outras palavras, a linguagem natural não apenas mantém (às vezes parece não dizer de todo) um vínculo de referência com o mundo, mas constitui o lugar de troca de argumentos, cuja estrutura está alojada na própria linguagem (BARBISAN, 2006).

Ducrot estava muito interessado na questão do que dizem quando se fala, como indicado pelos títulos de suas obras (A prova e o provérbio, Dire et ne pas dire, Le dire et le dit). Assim, ele distingue o pressuposto, o postulado e o implícito. Enquanto a pessoa se compromete com a pressuposição e o postulado, o mesmo não é verdadeiro para o implícito (SILVA, 2012).

Este último, de fato, é sempre negável, no sentido de que se pode afirmar que não o disse a rigor, mas no máximo sugeriu. Por outro lado, está comprometido com o que é postulado ou pressuposto. O que agora distingue o colocado do pressuposto é que apenas o colocado é focalizado e, portanto, cai sob o golpe da negação (D'ÁVILA, 2004).

A distinção entre falantes e enunciadorees foi introduzida em 1980, então a recuperação - com uma diferença importante em seu uso. O modelo enunciativo de Oswald Ducrot, essencialmente, faz uma separação teórica entre o locutor (locutor), responsável pelo enunciado, e o enunciador ou enunciadorees, responsável por um ponto de vista ou posição tomada dentro do enunciado do qual ele não é o palestrante. Rabatel também se baseia no trabalho de Ann Banfield, sem abordar a possível incompatibilidade dessas duas concepções

teóricas (OLIVEIRA, 2012).

A correspondência estabelecida por Ducrot entre sua própria distinção entre o locutor (locutor) e o enunciador ou enunciador (énonciateur) e a distinção genética entre o narrador e o personagem focal. Isso destaca o caráter "polifônico" da narratologia de Genette (BARBISA e TEIXEIRA, 2002).

No entanto, deve-se notar que Ducrot concebe a história de forma semelhante a Benveniste (e não como Benveniste revisado por Genette), e sua noção de falante-narrador da narrativa é mais próxima daquela de Benveniste do que de Genette (BIGLARI, 2013).

Ducrot observa, de muitas maneiras, a questão intersubjetiva da linguagem: o ato linguístico envolve, em sua essência, a relação com o outro. Não se trata, de forma alguma, de enxergar a linguagem como um simples meio ou instrumento de comunicação, no sentido de transferência de algo (BARBISA, 2006).

Esta é a relação inter-humana, o apelo e a referência aos outros, inerentes à linguagem, ela própria um meio e meio para os humanos manterem seu debate perpétuo e inevitável. A linguagem, independentemente do uso que dela se possa fazer, é apresentado fundamentalmente como o lugar de debate e confronto de subjetividades (CAMPOS, 2007).

A referência ao outro é, portanto, necessária em qualquer tentativa interpretação da mensagem linguística. Aliás, é só nesta palavra que se tem a possibilidade de encontrar o traço humano, no sentido do termo da definição do homem em Aristóteles como o animal que tem a palavra (Zoón lógon éxon), significado que aparece menos evidente em a expressão mais comum, o homem é o animal racional (SILVA, 2012).

A teoria do significado proposta por Ducrot se opõe à teoria tradicional do significado. De maneira particular, se opõe à concepção representativa de significado. Na teoria tradicional do significado, distingue, no enunciado, três tipos de indicações: objetivo, subjetivo e intersubjetivo (BARBISA e TEIXEIRA, 2002).

Segundo essa teoria, essa afirmação contém um aspecto objetivo, na medida em que descreve Pedro; contém um aspecto subjetivo (emocional ou expressivo nas palavras de R. Jakobson) na medida em que expressa uma espécie de admiração do palestrante; e contém um aspecto intersubjetivo porque permite pedir ao destinatário que se comporte de determinada maneira. O aspecto objetivo às vezes é designado como denotativo e conotativo o aspecto subjetivo e intersubjetivo (D'ÁVILA, 2004).

A essa concepção de sentido, Ducrot opõe a concepção do valor argumentativo do enunciado. O caráter originário e primário do enunciado está na sua argumentatividade, ou seja, na orientação que impõe ao discurso e aos efeitos (CAMPOS, 2007).

Oswald Ducrot introduziu a noção de enunciador que aplica a novos seres do discurso abstrato, supostamente encarregados exclusivamente desses pontos de vista, ele chama enunciadores aqueles seres que devem se expressar por meio da enunciação, sem, no entanto, serem atribuídos a palavras precisas, se eles falam, é somente nesse sentido que o enunciado é visto como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (BIGLARI, 2013).

Resumida, a concepção polifônica do sentido dos enunciados segundo estes consiste, portanto, em admitir que o sentido de qualquer enunciado apresenta seu enunciado como ato de pelo menos um falante, por um lado, responsável por dizer, mas não por este é dito, do (s) ponto (s) expresso (s), ponto (s) de vista apresentado (s), por outro lado, como o fato de um ou mais enunciador (es) provável (s) ser, dependendo do caso, mais ou menos dissociados ou, pelo contrário, identificados com o locutor (SILVA, 2012).

Nos casos mais simples, sem dúvida, o enunciado apenas encena um único enunciador coincidindo com um único falante (ele próprio conformado a um sujeito falante identificável). Esse seria o caso com uma afirmação como —O tempo está maravilhosos!, proferida por alguém que realmente acha o tempo lindo e está simplesmente tentando transmitir esse sentimento sem colocar nenhuma ironia nele, sem pretender ecoar algo (OLIVEIRA, 2012).

Fala ou mesmo simplesmente confirmando o que a outra pessoa acabou de dizer. Mas, mesmo neste caso, a coincidência perfeita do falante e do enunciador é então apenas um efeito de significado contextual entre outros que, segundo Oswald Ducrot, não é de forma alguma previsto pelo significado da frase (BARBISA e TEIXEIRA, 2002).

E, além disso, a maioria dos enunciados de qualquer maneira colocam em cena vários enunciadores que estruturalmente não têm o mesmo grau de assimilação ao falante. Assim, os conteúdos pressupostos são atribuíveis a enunciadores mais distantes do locutor do que os enunciadores implicados pelos conteúdos postulados (D'ÁVILA, 2004).

Da mesma forma, os enunciados de forma negativa não só implicam, segundo Oswald Ducrot, um enunciador responsável pelo ponto de vista negativo geralmente

identificado com o falante, mas também implicam um enunciador responsável pelo ponto de vista positivo correspondente que não pode de forma alguma ser identificado com o alto-falante (BARBISA e TEIXEIRA, 2002).

De acordo com tal hipótese, um enunciado como "Essa parede não é branca" semanticamente encena um enunciador argumentando que essa parede é branca, à qual se opõe outro enunciador, identificado com o falante, responsável pelo que é expresso na proposição negativa (CAMPOS, 2007).

Diversas análises semânticas multiplicando os enunciadores de acordo com os encaixes, clivagens, aposições, conectores, predicados axiológicos, marcas modais e outras formas linguísticas desenvolveram-se nos últimos anos, mostrando que a hipótese de Oswald Ducrot é um instrumento teórico muito poderoso um grande número de fenômenos que até agora foram parcialmente inexplorados (BIGLARI, 2013).

Sobre este assunto, é de se referir o trabalho do círculo dos chamados polifonistas escandinavos mostrando que a hipótese de Oswald Ducrot é um instrumento teórico muito poderoso, capaz de dar conta de um grande número de fenômenos que até agora foram parcialmente inexplorados (OLIVEIRA, 2012).

A este respeito, é de referir o trabalho do círculo dos chamados polifonistas escandinavos, que ajudou a esclarecer e sistematizar certos aspectos da teoria de Oswald Ducrot, em particular no que diz respeito à natureza das várias formas de vínculos (de tomada de posse, de acordo, de desacordo, etc.) susceptíveis de colocar o locutor em relação com os diferentes pontos visões envolvidas em seu discurso, às vezes para vincular esses pontos de vista a outros corpos discursivos como o interlocutor ou diferentes terceiros mais ou menos abstratos, até certas vozes coletivas, verdades gerais, etc. (SILVA, 2012).

Forjado e popularizado, o conceito de enunciação se opõe à enunciação como o ato de produção se opõe ao produto produzido. Como tal, está ligada à expressão da subjetividade, na medida em que esta emerge na própria atividade da fala.

Muito rapidamente, esse conceito abrirá todo um novo campo para o estudo linguístico, ainda que sua operabilidade se revele paradoxal: a enunciação é de fato observável apenas pelos rastros que deixa no enunciado. Esse tipo de análise se define a partir de uma concepção dita —restrita de enunciado, centrada apenas no locutor-escritor e nas marcas de sua subjetividade que podem ser lidas no discurso produzido.

O conceito alimenta a abordagem tipológica dos discursos. Com efeito, a apropriação das formas linguísticas das quais a enunciação é o lugar, está sempre dependente dos constrangimentos ligados aos diferentes tipos de discurso. Há uma importante distinção que marca a caracterização dos gêneros discursivos (jornalístico, científico, autobiográfico etc.) por seu grau de subjetividade, ou, pelo contrário, pelo apagamento enunciativo mais ou menos pronunciado que apresentam.

Desde Benveniste, o conceito de enunciação suscitou um grande número de análises e conheceu múltiplos usos e reformulações, na fronteira entre os estudos linguísticos e os estudos literários.

Assim, a enunciação surge como um dos componentes linguísticos de uma estratégia do discurso, que é sempre invariavelmente também uma encenação de si, quaisquer que sejam as suas determinações, e as suas margens de liberdade, a imagem de si, em primeiro lugar, emergem dos traços da presença que o locutor, deliberadamente ou não, deixa em seu discurso.

É importante mencionar que a exposição teórica da enunciação subsidiou nossa pesquisa, ampliando a noção de interlocutores do diálogo contido no texto de nossa análise, além de apontar uma possibilidade maior de investigação. Entretanto, serviu muito mais para demonstrar como a enunciação transforma a linguagem em discurso, a partir de onde nossa análise foi feita.

4. RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES.

4.1 Panorama conceitual

Tida como o maior recurso de que dispomos, a linguagem representa a base cultural da vida em sociedade. É um dos principais fatores para o desenvolvimento humano (BRONCKART, 2006). As palavras têm e sempre tiveram poder de grandes realizações. Sua influência tem sido soberana em vários espaços e momentos da história humana. Diante da força que possui, Charaudeau (2010) cita a linguagem como —um poder, o primeiro poder do homem, e Jaworsky (1999) lhe atribui a capacidade de criar o mundo: —É através da linguagem que criamos o mundo, porque ele não é nada até que o descrevemos. Nós a usamos para fins diversos: impulsionar sonhos, despertar esperança, conceder perdão, conquistar o amor de nossas vidas, ganhar ou perder amigos, abrir feridas, aliviar o sofrimento, abençoar ou amaldiçoar.

A linguagem é parte fundamental da equação que combina língua e linguagem para que o processo de comunicação se realize, para que haja a troca de informações entre dois ou mais interlocutores, por meio de signos e regras semióticas mutuamente entendíveis (RUDIGUER, 2011).

Nesse sentido, pode-se dizer que a linguagem é uma realização concreta e irrepetível e se registra de forma oral ou escrita. À linguagem como arte de falar bem, de se comunicar de forma clara e conseguir transmitir ideias chamamos de retórica, —a arte de usar uma linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva (RETÓRICA, 2021).

A retórica nasce na Sicília grega em meados do século V a.C. Surge numa época em que, diante da inexistência de advogados, os homens livres da cidade que precisam defender suas causas necessitavam estar instrumentalizados de artifícios para persuadir aqueles que julgavam a veracidade de suas afirmações e solicitações. Nesse contexto, —surgiram professores que os educavam na arte do bem falar para que seus discursos se tornassem claros, objetivos e, sobretudo, persuasivos (FIGUEIREDO, 2019, p.4) E embora a retórica tivesse atendido a essa demanda social, serviu, também, à literatura, à filosofia e ao ensino (REBOUL, 2004).

A retórica é a arte de usar a linguagem para comunicar de forma eficaz e persuasiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a retórica é uma técnica ou habilidade, tendo como instrumento fundamental a palavra, e compreende não só saber apresentar bem o discurso

como fazê-lo de forma convincente.

Halliday (1990, p. 8) define retórica como —o uso da comunicação para definir as coisas da maneira como desejamos que os outros as vejam. Não é seu objetivo somente fazer alguém mudar de ideia ou de comportamento, mas também reforçar crenças e atitudes já existentes (HALLIDAY, 1990, p. 36).

Diante disso, é importante considerar que é no contexto da comunicação que a retórica se faz, e que esta compreende não somente partilhar informações, mas conduzi-las a fim de que o receptor seja convencido a enxergar como enxergamos. Além da força que tem de levar alguém a mudar de ideia ou comportamento, a retórica teria o papel de —convencer alguém a ficar mais convicto ainda daquilo em que já acredita.

Perelman (2004, p. 177) observa que a proposta da retórica é estudar os meios discursivos de ação sobre um auditório e tem como objetivo conquistar ou aumentar sua adesão às teses que se apresentam ao seu assentimento.

Reboul (2004, p. XIV) relaciona retórica à ideia de discurso, e este é o recurso de persuasão utilizado. O entendimento é de que o discurso é uma produção verbal, escrita ou oral, constituindo uma organização discursiva com início, meio e fim e que possa estabelecer uma unidade de sentido. Segundo o autor, os discursos retóricos teriam a pretensão de persuadir – aí estaria o seu objetivo. Reboul (2004) define a persuasão como a capacidade de fazer o outro crer em algo ou em alguma coisa.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a retórica se realiza por meio do discurso à medida que expõe determinado assunto, orientado para persuasão. Neste contexto, a persuasão funciona como uma estratégia comunicativa carregada de recursos como lógica e racionalidade, para levar alguém a aceitar uma ideia, uma atitude ou realizar uma ação. Os argumentos podem ser legítimos ou não, mas a intenção do discursante é levar o auditório a adotar certa linha de conduta, teoria ou crença. E esse convencimento não é somente racional, mas também emotivo, não quer apenas convencer as mentes, almeja-se ganhar os corações (CITELLI, 2002, p.19). Como observa Citelli: —persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o constitui como verdadeiro para o receptor (2002, p. 14).

Em Górgias, seu principal diálogo sobre a retórica, Platão questiona o papel dos sofistas e acusa-os de praticantes de uma mera *techné*, que, segundo o filósofo, seria uma

habilidade prática sem nenhum compromisso moral, servindo apenas para persuadir e não para ensinar e levar ao verdadeiro conhecimento. (Marcondes, 1999, pág. 75).

Nesse sentido, pode-se afirmar que para Platão a retórica não cumpria a função de instrumento didático e moralizante, restringindo-se apenas a convencer alguém de alguma coisa, sem nenhuma preocupação ética com os resultados desse tipo de discurso.

Segundo a tradição, foram os sofistas os responsáveis por reunir as concepções epistemológicas e éticas que prepararam o terreno para o desenvolvimento da retórica. Para eles, ao invés de existir uma verdade, o que valia era os argumentos, mais ou menos convincentes. Aos sofistas cabia apresentá-los da forma mais persuasiva possível (BARILLI, 1979, p. 14-15). A verdade, para eles, era a do momento e da pessoa que apresentava o discurso. Viveram num momento de passagem do mito para a razão, num contexto em que o Homem e o logos se tornam o destaque e a base do discurso. A racionalidade, usada na compreensão de processos tanto racionais quanto irracionais, é a mais importante característica da época.

É importante destacar que mesmo com o grande volume de objetos de estudos e discussões dos sofistas, Platão acusa-os de rejeitarem a verdade e de tratarem a realidade de forma relativa, e assim deixa-os fora da lista de filósofos gregos.

Embora desaprovados por Platão e por Sócrates, podemos considerar os sofistas os primeiros pedagogos, cuja função consistia em preparar os jovens para entrarem na vida política, inclusive se desempenharem bem nas assembleias de cidadãos.

A grande questão envolvia a relativização da verdade dos sofistas contraposta pela unicidade da verdade defendida por Sócrates e Platão. Reboul (2004, p. 9), observa que —[...] o mundo do sofista é um mundo sem verdade, um mundo sem realidade objetiva, capaz de criar o consenso de todos os espíritos [...]]

Para os sofistas, a linguagem se constituía numa ferramenta fundamental do discurso político, —do modo como as decisões eram tomadas nas assembleias, no contexto da democracia ateniense (Marcondes, 1999, pág. 15). Entretanto, Sócrates tece críticas à retórica sofista ao demonstrar que —com habilidade pode-se persuadir qualquer pessoa de qualquer coisa, mesmo de algo que não seja verdadeiro ou não seja do interesse dela (Marcondes, 1999, pág. 15). Pode-se observar que o filósofo ateniense desaprova a forma sofisticada de fazer retórica, destacando o descompromisso que este tipo de discurso teria com

a verdade. Nesse aspecto, tanto na visão socrática como na visão platônica, a preocupação é a verdade,

Tísias e Córax são considerados os primeiros profissionais da arte de falar em público, professores que ensinavam a habilidade de se defender pela palavra. Num contexto em que os cidadãos se sentiam prejudicados e buscavam justa reparação dos danos, a habilidade de convencer pela palavra ganha espaço e relevância. Córax teria ensinado a Tísias essa arte em troca do dinheiro que este receberia ao vencer sua primeira causa. O acerto seria que Tísias só lhe pagaria o valor cobrado pelo ensino se no final a causa fosse ganha, o que atestaria a eficácia da instrução dada. O pouco que sabemos sobre a existência histórica desses dois mestres encontra-se nas referências feitas a eles nas obras de Platão, Aristóteles e Cícero (Bowder, 1982).

Para Córax, a oratória é a mãe da persuasão. E embora seus escritos tenham se perdido e o pouco que se sabe a respeito dele encontra-se em citações de outros autores, o mestre é considerado como um dos criadores da retórica (Reboul, 2004).

Foram os sofistas os primeiros que desenvolveram os estudos da Retórica. Embora a palavra signifique —sábios‖, os sofistas são vistos como desonestos intelectuais, que mascaram a verdade. O julgamento depreciativo feito por Aristóteles e Platão criou a imagem negativa que os sofistas carregam até hoje. Aristóteles chega a chamar a sofística de sabedoria aparente, mas não real, e contesta que os sofistas ensinavam que era possível argumentar sobre qualquer tema, mesmo que os argumentos não fossem válidos.

Dessa forma, segundo o filósofo, eles não estavam interessados na busca da verdade, mas em apurar a arte de vencer as discussões. E como o homem, segundo o sofista Protágoras, é a medida de todas as coisas, então a verdade é relativa, o que justificaria a intenção de convencer mesmo com argumentos não válidos. Platão se contrapõe fortemente a essa ideia e vê na retórica uma oposição à dialética, já que considera esta um debate entre interlocutores comprometidos com a busca da verdade, mas enxerga naquela um mascaramento da verdade, que confunde, induz e manipula. É nesse sentido que Citelli (1991) observa que persuadir é sinônimo de submeter, e que daí surgiria sua vertente autoritária.

Na obra *Antilogia*, de Protágoras, a técnica argumentativa dos sofistas compreende argumentar pró e contra determinada posição, pois todas são verdadeiras. Para defender qualquer posição e objetar com eficácia os argumentos dos adversários, é preciso conhecer

profundamente os principais argumentos contra e a favor de determinado assunto (CHAUÍ, 2000).

Não existe verdade, ou, a verdade é a de quem fala, no momento e lugar de onde fala, e o que importa é a defesa do ponto de vista e a influência exercida a partir das palavras do discursante. Vencer a discussão é o que vale, não importando a legitimidade do discurso.

4.2 As dimensões da retórica: éthos, páthos e lógos.

Em *Arte Retórica*, Aristóteles (2014) apresenta a persuasão como uma forma de demonstração, o que ocorre quando se consegue demonstrar que um enunciado de interesse é necessariamente verdadeiro, e isso deixa o interlocutor persuadido da tese apresentada. Em seus estudos, o estagirita distingue três tipos de meios de persuasão como forma de apelo à audiência: o *éthos*, o *páthos* e o *logos*. A forma como se apresenta e a forma como discursiva constituem a primeira estratégia, que leva o auditório a aceitar o orador como digno de crédito. É isso que compreende o *éthos*. No *páthos*, a ideia é que a persuasão surge dentro dos ouvintes quando suas emoções são despertadas pelo discurso do orador. E para fechar a combinação desses três apelos, no *logos* a persuasão acontece por meio do próprio discurso, quando são usados os argumentos adequados para provar uma verdade.

As três dimensões da retórica estabelecidas por Aristóteles – o *éthos*, o *lógos* e o *páthos* – compreendem, respectivamente, o orador, o argumento e o auditório. Fiorin (2015, p.69) observa que —convergem para a persuasão o *éthos* do orador, o *páthos* do auditório e o *lógos*, o discurso.

O *éthos* é a imagem que o enunciador do discurso constrói de si mesmo (FIORIN, 2015, p. 70). Segundo Oliveira (2016), esse elemento diz respeito a quem profere o discurso, e nos leva a ponderar a imagem do orador a partir de como é sua apresentação, seus traços de personalidade e caráter, seu comportamento perante o público. Aristóteles (I, 1356a) esclarece a credibilidade do *ethos*:

:
É o *éthos* (caráter) que leva a persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões, confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador.

Comentando Aristóteles, Fiorin observa que —um orador inspira confiança se seus argumentos são razoáveis, ponderados; se ele argumenta com honestidade e sinceridade; se ele é solidário e amável com o auditório (FIORIN, 2015, p. 71).

Diante deste quadro, a organização do discurso e a postura do orador estão intrinsecamente relacionadas como condições para que o objetivo de persuadir seja satisfatoriamente alcançado.

O páthos, conforme explicita Fiorin (2015, p. 74), —não é a disposição real do auditório, mas uma imagem que o enunciador tem dele e — essa imagem cria coerções para o discurso. Fiorin (2015) ainda esclarece que o auditório produz o discurso à medida que determina escolhas linguísticas do enunciador.

Nesse sentido, pode-se dizer que as escolhas e articulações dos argumentos do orador partem de um ponto de vista que este tem do auditório, de onde se busca arrancar emoção. De fato, surge como construção do orador, pois este se adapta ao auditório ao qual se dirige, haja vista que precisa conhecer —o páthos ou o estado de espírito do auditório (p. 73). A persuasão, portanto, é acompanhada de um discurso emocionado. Isto implica dizer que os sentimentos convencem, alterando o julgamento do auditório. Os apelos emocionais nestes discursos são feitos através de metáforas e outras figuras de retórica.

O lógos, ou o discurso propriamente dito, acontece numa situação de comunicação em que o orador faz uso da razão e do raciocínio para construir seu argumento. É conveniente salientar que, como observa Fiorin (2015, p. 46), —comunicar é agir sobre o outro e —não é apenas fazer saber, mas principalmente fazer crer e fazer fazer. Neste contexto, comunicar significa conseguir adesão. O lógos como discurso nesse processo comunicativo de persuasão se fundamenta num argumento lógico, cuja credibilidade está em sua coerência e estrutura. É importante salientar que a argumentação implica o uso da linguagem e esta é polissêmica, indissociada da interpretação, —está sempre carregada de pontos de vista (p.78)

. Para Aristóteles (2014), o lógos tem a ver com o próprio discurso, ao passo que este prova algo, ou pelo menos parece provar. Ainda, segundo o estagirita, o lógos nos colocaria num nível mais aprimorado, no qual é possível a compreensão do que é bom e do que é mal, do que é benéfico e do que é prejudicial e do justo e injusto no discurso. O lógos refere-se ao conteúdo do discurso, tem a ver com a forma como a tese é apresentada. Dessa forma,

fatores importantes são levados em conta como clareza, técnicas, ordem dos argumentos, distância do uso de falácias e a força dos argumentos.

4.3 Organização do discurso retórico

Foi Aristóteles quem de fato contribuiu com o primeiro e mais significativo texto (de valor histórico e obrigatório em muitas consultas) acerca da retórica como ato discursivo. Fiorin (2014) menciona Aristóteles sobre a organização do discurso em duas partes - exposição e prova - mas aponta para Bakhtin (1992, p. 300) sustentando que o plano de organização formal não exige padronização absoluta. Para Fiorin, o plano ficaria dividido em cinco partes, a saber:

1. *Exórdio*. É a introdução do assunto. Tem a função de conquistar o auditório, prender a atenção. O objetivo é criar uma expectativa favorável ao que será apresentado.
2. *Narração*. É a exposição detalhada dos fatos que constituem a questão. Aqui se trata do assunto, em que os fatos são elencados e onde se indica os eventos. Nesse ponto, Aristóteles observa que tudo deve ser feito na justa medida, sem pressa nem concisão: —O que fica bem aqui não é nem a rapidez, nem a concisão, mas a justa medida. É onde acontece a argumentação.
3. *Confirmação (provas, em outros autores)*. É a exposição das provas pelo enunciador. Os argumentos são usados para confirmar a tese. Nesse caso, uma vez que o discurso será de persuasão, se faz necessário comprovar aquilo que se está dizendo. Aqui entram os elementos sustentadores da argumentação
4. *Digressão (opcional)*. Trata-se de uma narrativa ou descrição que se afasta do tema, buscando o orador suscitar os sentimentos do auditório: indignação, piedade, etc.
5. *Peroração*. É o desfecho, a parte final do discurso (conclusão). Servia para lembrar o auditório dos pontos principais do discurso e influenciar suas emoções. Nesse ponto, o orador tem a última oportunidade para assegurar que o discurso foi bem recebido.

Essa, portanto, é a forma como se organiza o discurso retórico, seguindo uma sequência de etapas que se fundem e na qual as diversas partes do discurso exercem

influência sobre cada uma delas. Vai desde o esforço inicial para conquistar e prender a atenção do auditório até ao ponto de finalmente convencê-lo e ter a certeza da boa recepção do discurso.

5. O EVANGELHO DE MATEUS: UMA ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA E LITERÁRIA DA PERÍCOPE DO CAPÍTULO 15,21-28

5.1 Abordagem retórico-discursiva

O objetivo central de nossa pesquisa foi analisar o uso de estratégias linguístico-literárias na conversa entre os oradores *Jesus Cristo* e *a mulher cananeia*, buscando responder: como os dois interlocutores principais utilizam as estratégias acima citadas na tentativa de convencer ou persuadir, bem como enriquecer a narrativa.

O texto analisado é um recorte do capítulo 15 do Evangelho de Mateus, mais precisamente a passagem que está nos versículos de 21 a 28. O texto é de relevância para o cristianismo, pois, embora aparente o contrário, revela que a mensagem de Jesus não reconhece diferenças étnicas, culturais e religiosas, e que todos são bem-vindos ao Reino de Deus. A narrativa apresenta uma mulher cananeia, tida como pagã, mas com muita fé. O texto em análise encontra-se na Bíblia, uma compilação de textos considerados sagrados para o cristianismo e parcialmente para o judaísmo e islamismo. A versão utilizada foi a Bíblia de Jerusalém (2019), nova edição, revista e ampliada, pelo fato de ser considerada atualmente uma das melhores traduções para o português, sendo esta a justificativa da escolha.

Já existem outros trabalhos relativos aos textos bíblicos e a temáticas religiosas, mas nos propomos a apresentar uma análise das estratégias não somente linguísticas, mas literárias, em que se possa perceber a forma como o autor mateano construiu a narrativa. É notório o fato de que, comparado ao grande volume de trabalhos realizados nas academias, a análise multifocal de textos bíblicos (perspectiva linguística, literária, etc.) realizada em um mesmo trabalho, ainda se demonstra em número muito pequeno.

Vários trabalhos já foram produzidos que demonstraram a utilização de recursos persuasivos em textos bíblicos em que se pretende persuadir determinado auditório. Tais autores tiveram como ponto de partida os estudos retóricos da linguagem para suas análises. O objetivo era evidenciar os mecanismos argumentativos utilizados pelos oradores do texto bíblico.

5.1.1 A retórica e a linguagem

A proposta deste trabalho surge e avança dentro dos estudos retóricos da linguagem,

a partir de uma perspectiva que retoma a Retórica em seus conceitos e funções, pontuando a contribuição de Aristóteles (2014), por ser este o sistematizador e organizador primeiro da teoria. Em um segundo momento, a articulação de nosso texto se ancora em Fiorin (2015), em sua exposição didática dos tipos de argumentos, de onde extraímos o suporte para nossa análise.

Aristóteles (2014) associa o conceito de Retórica à capacidade de —observar, em cada caso, o que este encerra de propósito para criar persuasão (p.33). Nessa perspectiva, já que segundo Aristóteles a Retórica capacita a observar, ela fornece os meios de identificação e análise dos elementos de persuasão dentro do discurso, de onde se é possível ao orador utilizá-los.

Nesse sentido, procuramos demonstrar, nessa análise, como os oradores se apropriam de argumentos persuasivos com vistas ao convencimento e à persuasão, a partir de onde se infere que esta é criação do orador, pois não lhe precede, mas é trazida e acomodada no discurso estrategicamente por meio de argumentos. Como enfatiza Aristóteles (2014, p. 11), a escolha do argumento persuasivo mais apropriado é uma descoberta do momento da produção do discurso. Nessa perspectiva, o orador assume a reponsabilidade de criação do processo persuasivo no discurso retórico. Além disso, Aristóteles (p. 45.) chama a atenção para a importância da maneira pela qual se profere o discurso, pois, segundo o estagirita, —a persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito.

Cabe ao orador a maior responsabilidade de, por meio do discurso retórico, criar a persuasão. Para entender como esse processo acontece, a Retórica é o campo de estudos para se fazer tal análise. Segundo Aristóteles, é na Retórica que nos é possível constatar e encontrar as evidências daquilo que se julga ser adequado para persuadir. Ela teria o poder de fornecer tais dados (ARISTÓTELES, 2014, p.33-34).

Foi Aristóteles quem sistematizou a Retórica e a definiu seguindo um tratamento primordialmente filosófico. Muitas contribuições surgiram, como a de Perelman e Obrechts, responsáveis pelo conceito de Nova Retórica ([1958] 2014), mas usando como ponto de partida a Retórica do mestre de Estagira. Esses autores surgem com uma classificação dos quatro tipos de argumentos: os argumentos quase lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos que dissociam as noções, e todos aparecem no livro lançado por eles, com o título Tratado da

argumentação: a nova retórica.

Diante deste quadro, optamos por seguir essa mesma classificação, porém adotando a exposição didática apresentada pelo professor José Luiz Fiorin, em seu livro *Argumentação*, edição de 2014.

Considerando que o propósito deste estudo é analisar apenas os argumentos que aparecem no texto selecionado da conversa entre os oradores *Jesus Cristo* e *a mulher cananeia*, somente esses argumentos serão definidos e caracterizados de forma mais detalhada. Não se trata aqui de qualquer desmerecimento à importância dos demais tipos de argumentos, mas os elegíveis ao nosso propósito estão circunscritos ao recorte teórico estabelecido previamente.

5.1.2 Argumentação e o texto bíblico

Como todo discurso tem uma dimensão argumentativa, seja ele explícito ou não (Fiorin, 2014, p.10), as técnicas usadas na conversa entre *Jesus Cristo* e *a mulher cananeia* tem como objetivo ganhar a adesão do auditório (Abreu, 2009). Nesse caso, de forma alternada, ora o auditório é *Jesus Cristo* ora é *a mulher cananeia* – um auditório de uma única pessoa.

Nessa perspectiva, à medida que utilizam técnicas argumentativas, os dois oradores estão fundamentados em elementos retóricos. Durante a análise, será possível verificar que cada orador, em seu turno, utiliza estratégias de persuasão para convencer o outro. Há três elementos essenciais que fundamentam a argumentação retórica com vistas à persuasão: o orador, o auditório e o discurso. Eles correspondem ao *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente.

O *ethos* diz respeito ao caráter do orador. O —*ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito. Nesse caso, no momento em que desenvolve seu discurso, o enunciador vai construindo uma imagem de si mesmo para impressionar seu auditório (FIORIN, 2014, p. 70). Aristóteles afirma que a confiança que o orador inspira é criada pela força do discurso, dependendo da maneira como este se organiza (Aristóteles apud FIORIN, 2014, p. 70).

O *pathos* é a disposição emocional do auditório expressa no momento ou circunstância do discurso. Fiorin (2014,p. 73) esclarece que o *pathos* é o —estado de espírito

do auditório...é a disposição do sujeito para ser isto ou aquilo. Daí a importância do orador conhecer o auditório a quem destina seu discurso, visto que é por meio dessa percepção que nascem os argumentos válidos para determinado momento, conferindo resultados eficazes. —O orador sempre escolhe e articula seus argumentos em função de um ponto de vista sobre o auditório (FIORIN, 2014, p. 74).

Logos é o modo de raciocinar coerentemente a construção do discurso de persuasão. Pode-se dizer, então, que o logos é a lógica na base de um argumento. Como expõe Fiorin (2014, p. 77): —argumentar, em sentido lato, é fornecer razões em favor de determinada tese. A própria argumentação é o que caracteriza o logos. Nesse caso, o orador lança mão, estrategicamente, de artimanhas retóricas ao construir seu discurso persuasivo. O empenho do orador aponta para a busca de adesão à sua tese. —A eficácia do discurso ocorre, quando o enunciário incorpora o éthos do enunciatário (FIORIN, 2008, p. 157).

Esses três componentes retóricos (éthos, pathos, logos) se aplicam teoricamente ao texto que é base de nosso estudo. O éthos aparece nas imagens que os oradores Jesus Cristo e a mulher cananea criam/projetam de si mesmos; o pathos, na disposição emocional despertada, caracterizada por sentimentos e paixões; o logos, pela organização, pelo ordenamento dos argumentos. Portanto, o texto bíblico escolhido está permeado desses elementos como provas retóricas a serviço do evento argumentativo.

É importante lembrar que no discurso retórico do texto analisado, o auditório é composto pelos próprios oradores à medida que alternam seus papéis na comunicação discursiva. Ora o auditório é a mulher cananea, ora é Jesus Cristo. Quando um produz a fala, o outro se constitui ouvinte e, portanto, auditório. Como o diálogo é marcado pela presença dos dois oradores, na troca de papéis o auditório se alterna.

De acordo com Perelman (1996), o objetivo da argumentação é obter a adesão daqueles a quem se dirige – o seu auditório. O mesmo autor define o auditório como —o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação (PERELMAN, 1996, p. 21) Como o orador, —para construir seu discurso, precisa conhecer seu auditório (FIORIN, 2014, p. 73), os oradores do fragmento de nosso estudo constroem seus argumentos a partir do pathos ou estado de espírito de cada um no momento em que o turno da fala lhes é conferido. Nesse sentido, a pretensão é convencer ou persuadir um ao outro, conseguindo a adesão à tese desejada.

5.1.3 Argumentos e técnicas argumentativas do corpus

Por ser o foco da presente investigação, apenas dois argumentos quase lógicos (argumento da transitividade e argumento da definição) e outras duas técnicas argumentativas (*argumentum ad misericordiam* e argumento do silêncio) são analisados. Diante disso, foi inevitável que previamente se apresentasse as conceituações dessa tipologia, antes de aplicá-la ao texto selecionado para nosso estudo. Nesse sentido, é importante reafirmar, nas palavras de Fiorin (2014, p. 116), que os argumentos —são razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro de que ela é justa ou injusta, moral ou imoral, benéfica ou prejudiciall.

Considerando que os dois primeiros são argumentos quase lógicos, é importante ressaltar que o argumento quase lógico lembra a estrutura de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias. Pode-se dizer que é um argumento aparentemente lógico (FIORIN, 2014, p. 116). Conforme Ferreira (2015, p. 149), ele tem sua —força persuasiva na proximidade (semelhança) com argumentos formaisl.

Conforme a exposição fornecida por Fiorin (2014), os argumentos quase lógicos se subdividem em três blocos: os argumentos fundados no princípio da identidade; os argumentos fundados no princípio da não contradição e os argumentos fundados no princípio do terceiro excluído. Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 2014), conforme a Nova Retórica, apresentam esta subdivisão para os argumentos quase lógicos: incompatibilidade, ridículo, definição, regra de justiça, reciprocidade, transitividade, inclusão das partes no todo, divisão do todo em suas partes, comparação e sacrifício. Tanto o agrupamento apresentado por Fiorin quanto o da Nova Retórica contemplam os argumentos utilizados no corpus.

O *argumento da transitividade* indica relações transitivas que abrem caminho para se passar da afirmação para a conclusão, tornando possíveis as relações de igualdade, superioridade, inclusão e ascendência por meio de demonstrações. Trata-se de uma —relação matemática transitiva: se a é igual a b e b é igual a c , então a é igual a c l (FIORIN, 2014, p. 126).

O *argumento da definição* se estabelece a partir do princípio da identidade, já que não há uma maneira única de se definir um objeto, e —o modo de definir depende das finalidades argumentativasl (FIORIN, 2014, p. 118). Neste sentido, o orador se apropria das conceituações, classificações de objetos ou referentes. A definição se constrói observando as

características de um elemento ou sua função. Tanto traços qualificacionais quanto funcionais são levados em conta, Esses dois modos, no entanto, podem ser mesclados (FIORIN, 2014, p. 118).

O argumentum ad misericordiam é o argumento que apela para o *pathos*. É um apelo à compaixão, à misericórdia, com a finalidade de que se aprove uma conclusão. O ouvinte/auditório é persuadido a concordar pela simpatia ou compaixão. Quando se usa esse argumento, pode-se perceber que parece que as razões que o orador apresenta sustentam uma conclusão, mas na realidade não sustentam (Downes, 1996). Fiorin (2014, p. 225) explica que, nesse argumento, —ao invés de discutir a tese que deveria ser debatida, apela-se para a sensibilidade, para o sentimentalismo.

Desses argumentos se servem os oradores para convencer ou persuadir o seu auditório. A possível adesão a sua tese pode vir do uso estratégico dessas técnicas argumentativas. O pressuposto é de que na conversa entre *Jesus Cristo e a mulher cananeia* tudo acontece de forma consciente. Desse modo, existe uma intenção, um propósito em conduzir o outro a aceitação daquilo que se supõe ser merecedor de confiança, de crédito.

5.1.4 Procedimento metodológico

O enfoque é na interpretação do objeto, dando importância ao contexto desse objeto pesquisado (GERHARDT et SILVEIRA). Trata-se, portanto, da —[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar... respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos [...] (GERHARDT et SILVEIRA, 2009, p. 33). Nesse sentido, buscou-se, neste trabalho, organizar uma análise de como os oradores Jesus Cristo e *a mulher cananeia* utilizaram seus argumentos para tentar convencer e persuadir, quando o turno da fala lhes foi concedido.

Entretanto, é preciso estabelecer o contexto da análise retórica como ponto de partida, já que esse deve ser o primeiro a ser considerado (Leach, 2002).

É importante ressaltar, portanto, que já no início do capítulo 15, Jesus Cristo se depara com um grupo político-religioso composto de indivíduos conhecidos como escribas e fariseus. O momento é tenso e marcado por manifestações contrárias da parte deles em relação a Jesus Cristo. O cenário é Genesaré, um vale próximo ao mar da Galileia. Nesse

espaço, Jesus Cristo é questionado pelos escribas e fariseus sobre a atitude dos discípulos dele em não lavar as mãos antes de fazer as refeições, conforme prescreviam as leis religiosas da época para evitar a contaminação do alimento.

Diante dessas reações, Jesus Cristo se contrapõe ao cuidado exagerado em relação aos alimentos, observando que estes valores estavam sendo superestimados e outros, mais importantes, esquecidos. Nesse sentido, Jesus argumenta:

Ainda não compreendeis que tudo o que entra pela boca desce para o ventre, e é lançado fora?
 Mas, o que sai da boca, procede do coração, e isso contamina o homem.
 Porque do coração procedem os maus pensamentos, mortes, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos e blasfêmias.
 São estas coisas que contaminam o homem; mas comer sem lavar as mãos, isso não contamina o homem. (Mateus. 15: 17-20)

No contraponto dos questionadores de Jesus Cristo, o fragmento selecionado para a pesquisa apresenta os argumentos de uma *mulher cananeia* na busca de uma resposta positiva que se supõe extrair de seu interlocutor. É o que se pode perceber no texto:

15:21 Jesus, partindo dali, retirou-se para a região de Tiro e de Sidônia.

15:22 E eis que uma mulher cananeia, daquela região, veio gritando: : "Senhor, filho de Davi, tem compaixão de mim: a minha filha está horrivelmente endemoninhada".

15:23 Ele, porém, nada lhe respondeu. Então os seus discípulos se chegaram a ele e pediram-lhe: —Despede-a, porque vem gritando atrás de nós!.

15:24 Jesus respondeu: —Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel!.

15:25 Mas ela, aproximando-se, prostrou-se diante dele e pôs-se a rogar: —Senhor, socorre-me!!

15:26 Ele tornou a responder: —Não fica bem tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos!.

15:27 Ela insistiu: —Isso é verdade, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seu donos!!

15:28 Diante disso, Jesus lhe disse: —Mulher, grande é a tua fé! Seja feito como tu queres!! E a partir daquele momento sua filha ficou curada

A passagem em destaque é narrada por Mateus, autor do livro. O trecho apresenta Jesus partindo de algum lugar (Genezaré) a caminho de —as partes de Tiro e Sidom!|. A

leitura do trecho anterior nos permite acreditar que os chamados fariseus ficaram muito ofendidos, pois, no discurso anterior, os argumentos de Jesus desmascararam a hipocrisia deles. E pelo desenrolar da narrativa, a partida do personagem pregador para Tiro e Sidom parece ter sido motivada pela fuga de uma possível armadilha conspiratória.

O narrador mateano insere a personagem —mulher Cananeia¹ no discurso pela presença da expressão —Eis quem², um termo que reforça a posição dela na narrativa e o seu surgimento na forma de surpresa ou imprevisto. Em sua primeira intervenção, a mulher cananeia, conforme narra Mateus, clama: —Senhor, Filho de Davi, tem misericórdia de mim, que minha filha está miseravelmente endemoninhada³. Verifica-se, nessa passagem, a existência do *argumento de transitividade*, visto que no título —Filho de Davi⁴ Jesus é visto como o Messias, o tão esperado Libertador do povo de Israel e que curava e libertava as pessoas de poderes escravizadores e que, portanto, poderia libertar a filha daquela mulher do poder dos demônios. Dessa forma, depreende-se da fala da mulher cananeia que, por ser o Messias prometido, Jesus possuiria o poder de realizar o milagre. Assim sendo, através dessa transição, Jesus é o Filho de Davi, o Messias, e isso se reconhece pelo argumento quase lógico da transitividade.

Nota-se, pelas palavras —tem misericórdia de mim⁵ e —miseravelmente endemoninhada⁶ que a oradora usou outro argumento combinado ao anterior: o *argumentum ad misericordiam*. Neste contexto, fica claro um apelo à piedade. É importante ressaltar que este tipo de argumento, considerado em outros contextos, é tido como falácia, pois funciona como uma distração da verdadeira questão, como no caso de réus cujos advogados apelam à compaixão e às emoções do juiz para a defesa deles. Entretanto, o tipo de apelo no argumento da mulher cananeia é totalmente legítimo e não se configura como falácia, mas parte de uma imagem viva e presente (a filha endemoninhada) e combina razão e emoção num discurso extremamente persuasivo.

Apesar do forte apelo, não houve resposta do orador Jesus Cristo: —Mas ele não lhe respondeu palavra⁷. Considerando que a expressão —Senhor, Filho de Davi⁸, era usada exclusivamente pelos judeus e a mulher cananeia era de outra nação, é possível reconhecer que a reação de Jesus pareceu constrangedora, ao que seus discípulos perceberam a insistência dela e pediram: —Despede-a, pois vem clamando atrás de nós⁹ (v. 23). O orador Jesus, neste caso, utilizou-se do argumento do silêncio como recurso para responder à mulher cananeia, instigando mais ainda reações da parte dela ao aparentar certa indiferença

ao que ela dizia. Essa técnica argumentativa se apresenta poderosa para combater o oponente, pois lhe demonstra desdém e lhe induz a acreditar que seu argumento não é suficiente ou é falho.

Na sequência do discurso, o orador Jesus afirma: —Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel. Neste sentido, o orador confirma parte do argumento sobre sua messianidade implícita nas palavras —Filho de Davi, mas destaca a exclusividade de seu papel como messias direcionado em favor do povo de Israel. Na argumentação em apreço, pode-se inferir, de forma implícita, o uso que Jesus Cristo fez do argumento da definição, à medida que emprega, simbolicamente, as expressões —ovelhas perdidas e —casa de Israel para se referir aos membros da comunidade de Israel que estavam espiritual ou religiosamente afastados da comunhão com Javé e para os quais Jesus veio como Messias restaurador.

Como resposta ao argumento apresentado, a oradora faz um clamor: —Senhor, socorre-me! Mais uma vez, nota-se que a oradora evoca a condição de messianidade de Jesus Cristo, agora reduzida a —Senhor e reforça o *argumentum ad misericordiam* utilizado no início do discurso. É possível constatar que os dois argumentos combinados (*argumento de transitividade e argumentum ad misericordiam*) reaparecem implícitos no apelo —Senhor, socorre-me.

:

Como resposta, o orador Jesus Cristo argumenta: —Não é bom pegar no pão dos filhos e deitá-lo aos cachorrinhos. Nesta argumentação, é possível inferir, implicitamente, a utilização do *argumento da definição*, pois a referência implícita é que o "pão" significa as preciosas bênçãos, "filhos" quer dizer "Israel" e "cachorrinhos" significa gentios ou estrangeiros, impuros, os pecadores em geral. Embora a metáfora *cachorrinhos* utilizada no argumento de definição proferido por Jesus Cristo implique que a mulher cananea não poderia ter acesso aos privilégios dos filhos, foi utilizado o diminutivo para significar animal doméstico de estimação ao qual era permitido entrar na casa e debaixo da mesa, mas que, mesmo assim, não lhe era recomendável compartilhar o —pão dos filhos. Verifica-se, portanto, implicitamente, o uso estratégico do *argumento de definição* no discurso de Jesus Cristo, em cuja comparação (—cachorrinhos) fica evidente um ato de exclusão.

Na continuação do discurso, a mulher cananea fica com o turno da fala e insiste na argumentação: —Sim, SENHOR, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que

caem da mesa dos seus senhores. Nessa réplica, nota-se que ela aceita o argumento do orador, aparentemente preconceituoso, pois cachorro eram os não judeus, os gentios, os pagãos, os de fora do povo de Israel, e parece, dessa forma, desarmar o argumento de Jesus. Nessa perspectiva, observa-se a condição de —cachorrinho que ela assume com realismo, mas de forma esperançosa, numa expectativa positiva de resposta do outro orador.

Nesse caso, é possível perceber que a mulher cananea contra argumenta com uma resposta engenhosa. Recorre também ao argumento da definição, mantendo elementos do argumento precedente elaborado pelo outro orador e inserindo agora o elemento —migalhas. Aplica em proveito próprio o argumento anterior, acreditando que pequenos fragmentos que se despreendem do pão dos ensinamentos e bênçãos garantidas ao povo de Israel podem ser seus e de sua filha. Pode-se inferir, neste caso, a utilização do argumento de definição, visto que define seus elementos e os usa para persistir em seu pedido, apesar das obstruções colocadas nos argumentos de Jesus Cristo. O argumento —os cachorrinhos comem das migalhas se apresenta como fato já estabelecido, possível, e que, portanto, ela roga por esses fragmentos de pão na esperança de se alimentar deles e receber as bênçãos.

Nessa perspectiva, pode-se notar que a lógica excludente de Jesus se confronta com a lógica da mulher cananea. Migalhas, embora fragmentos desprendidos de pão, também se constituem em pão e têm o mesmo valor do pão que está na mesa dos filhos.

Na parte final dos argumentos, o orador Jesus parece vencido pela lógica dos argumentos da mulher cananea e, prontamente satisfeito, reconhece com uma palavra de aprovação: — Ó mulher, grande é a tua fé! Seja isso feito para contigo como tu desejas. E desde aquela hora a sua filha ficou sã. Ela, como se infere no discurso com o orador Jesus Cristo, convenceu este da rica e generosa misericórdia de Deus. Diante disso, Ele se dobra diante de tamanha fé, e assume que o pedido de fé daquela mulher é digno de ser atendido.

Fica evidente, após as análises dos argumentos do texto destacado, que a conversa travada entre os oradores Jesus Cristo e a mulher cananea, está tomada de técnicas argumentativas. Isso só foi possível pela presença dos argumentos quase lógicos (e outros dois incluídos) que forneceram os recursos de que se utilizaram os oradores citados. É importante ressaltar que o uso dos momentos de fala de ambos no discurso, aconteceu de forma balanceada, não caracterizando relação assimétrica, pois aparentemente nenhum deles deteve o poder da palavra nem o comando do turno conversacional (Galembeck 1993, p. 57). O quadro a seguir fornece uma exposição didática dos argumentos apresentados no texto:

Quadro 1

Argumentos encontrados no <i>corpus</i>	
Argumentos quase lógicos	Outras técnicas argumentativas
Argumento da transitividade	Argumentum ad misericordiam
Argumento da definição	Argumento do silêncio

Fonte: o pesquisador

O quadro mostra como os oradores Jesus Cristo e a mulher cananeia se utilizaram de argumentos lógicos como transitividade e definição, bem como fizeram uso de técnicas argumentativas como o argumentum ad misericordiam e o argumento do silêncio. Fica evidente, diante deste quadro, que os oradores orquestraram suas palavras com base nesses argumentos. Nesse sentido, das principais organizações discursivas utilizadas na persuasão, discutidas por Fiorin em seu livro *Argumentação* (Fiorin, 2014), quatro delas estão presentes no fragmento analisado da conversa entre os citados oradores. Nota-se, portanto, que o texto bíblico, a exemplo dessa passagem, apresenta discursos de natureza retórica, e que os oradores Jesus Cristo e a mulher cananeia, na conversação estudada, participaram de uma ação retoricamente construída por eles.

A nossa proposta nesta primeira parte do capítulo final foi apresentar uma possibilidade de análise do texto do livro de Mateus a partir do discurso retórico presente nas falas de Jesus Cristo e de *a mulher cananeia*. Assim, após a análise, foi possível verificar que ambos os oradores se valeram de argumentos, construídos por eles, com o objetivo de persuadir.

Ainda nessa perspectiva, foi possível notar o uso não neutro dos argumentos, à medida que são evidentes as informações fornecidas pelas técnicas argumentativas de como o processo persuasivo se deu.

Observou-se também que, embora outras passagens do livro de Mateus apresentem Jesus como aquele que tem o maior êxito nos discursos de persuasão, este é um caso em particular, em que a oradora denominada a mulher cananeia é quem convence e persuade. A frase —Seja isso feito para contigo como tu desejas¹¹, proferida por Jesus Cristo, atesta que os argumentos dela foram convincentes e persuasivos.

Voltando ao questionamento que orientou nossa análise: como os oradores Jesus

Cristo e a mulher cananea utilizaram a argumentação na tentativa de convencer e persuadir?, ficou evidente que eles usaram técnicas argumentativas e seu êxito consistiu em organizar os elementos de natureza retórica de forma estratégica.

Portanto, a expectativa é que, além de ser uma contribuição aos estudos retóricos da linguagem, este estudo apresente as possibilidades de análise retórica do discurso religioso bíblico. No discurso estudado, verificaram-se dois argumentos quase lógicos e duas técnicas argumentativas utilizadas pelos dois oradores no processo retórico de persuasão.

5.2 Abordagem literária

A construção das narrativas bíblicas segue alguns padrões, sendo estes orientados pela finalidade a que se propõem. Um desses padrões é o da cena-padrão, mencionada por Alter (2007), e que representaria não uma ocorrência ritual cotidiana, mas situações críticas da vida dos heróis, da concepção ao nascimento, do compromisso de casamento à morte (ALTER, 2007). Uma das características bem presentes nessas narrativas é a ausência de muitas explicações, sendo dito somente o que precisa ser dito.

O texto narrativo escolhido para análise faz uso, predominantemente, do discurso direto, em que a fala dos personagens é reproduzida de forma direta, integral, literal. Constitui-se num diálogo no qual os personagens são chamados a participar com suas falas, segundo Mateus 15:21-28:

15:21 Jesus, partindo dali, retirou-se para a região de Tiro e de Sidônia.

15:22 E eis que uma mulher cananea, daquela região, veio gritando: : "Senhor, filho de Davi, tem compaixão de mim: a minha filha está horrivelmente endemoninhada".

15:23 Ele, porém, nada lhe respondeu. Então os seus discípulos se chegaram a ele e pediram-lhe: —Despede-a, porque vem gritando atrás de nós!.

15:24 Jesus respondeu: —Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel.

15:25 Mas ela, aproximando-se, prostrou-se diante dele e pôs-se a rogar: —Senhor, socorre-me!!

15:26 Ele tornou a responder: —Não fica bem tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos

cachorrinhos!.

15:27 Ela insistiu: —Isso é verdade, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seu donos!.

15:28 Diante disso, Jesus lhe disse: —Mulher, grande é a tua fé! Seja feito como tu queres!.

E a partir daquele momento sua filha ficou curada.

Mateus 15,21-28 forma uma perícopes bem delimitada com início e fim, dentro da qual a cena acontece. É necessário destacar que o termo perícopes é usado —para descrever um excerto de texto da leitura litúrgica das Escrituras!. Dentro do texto bíblico a perícopes está relacionada a um conjunto de versos que formam uma unidade de sentido. A partir de sua etimologia, a palavra significa —um corte feito no texto para identificar certos temas dentro de porções narrativas maiores. (MEINOLF, 2003, p. 43).

Nesse sentido, a demarcação inicial (verso 21) se dá com a mudança de cenário de Genesaré para Tiro e Sidom. O versículo 28 faz o fechamento da cena, cabendo ao verso 29 demarcar outra mudança de cenário. A parte central da narrativa está entre os versos 22 e 27, na qual se estabelece o diálogo entre Jesus e a mulher samaritana.

A narrativa de Mateus 15:21-28 se estrutura em cinco elementos constitutivos: cenário, personagens, narrador, tempo e enredo, e apresenta as estratégias literárias utilizadas por Jesus e a mulher cananeia.

5.2.1 Elementos da narrativa

Cenário

Embora o capítulo do livro que contém o texto em análise faça menção inicial a Genesaré (—Partindo Jesus dali...!), no diálogo entre Jesus e a mulher cananeia o cenário muda (—... retirou-se para os lados de Tiro e Sidom!). O versículo 21 do capítulo 15 altera a localização arquitetônica da cena e o fato se dá agora em *os lados de Tiro e Sidom*. O espaço onde a cena se passa não apresenta especificidades, mas o cenário ficou estabelecido e parece indicar que Jesus paradoxalmente busca um cenário oposto, adverso a Israel, a quem o próprio Jesus diz que a salvação vem primeiro e a quem são destinados os privilégios espirituais.

Personagens

Na narrativa mateana, Jesus é o protagonista que se estabelece como paradigma, o modelo de verdade em palavras e ações, o Filho de Deus que veio como o agente que irá fundar o reino de Deus na terra. É importante salientar que coisas ou outras pessoas podem ser consideradas personagens à medida que participem ativamente na construção da narrativa, pois —Os personagens são a face visível do enredo; eles o suscitam, alimentam e vestem [...]‖ (MARGUERAT; BOURQUIN, 2009: 75).

O texto em análise (Mt 15,21-18) apresenta apenas três grupos ou personagens ativos: Jesus, a mulher cananeia e o grupo dos discípulos. Apenas menção é feita à filha da mulher. Os cãesinhos, os senhores e os descendentes são personagens que aparecem dentro das metáforas pronunciadas por Jesus e pela mulher, mas não atuam ativamente. Por sua intensa atividade retórica e como a mais atuante personagem, a mulher cananeia pode ser considerada protagonista da história.

Tempo

O tempo da narrativa pode ser cronológico (acontecimentos marcados pelas horas, dias e anos) ou pode ser psicológico (lembranças e vivências das personagens). Na narrativa em análise, o tempo cronológico não está delimitado, mas está evidenciado no transcorrer dos fatos das perícopes anteriores, que se ligam pelas mudanças de cenários que obedecem a uma sequência de tempo transcorrido. O único tempo claramente delimitado na narrativa aparece expresso pelo advérbio —Então‖ (v. 28) e na expressão —E, desde aquele momento‖ (v. 28), que, respectivamente, introduzem a resposta positiva de Jesus e demarca o antes e o depois da cura da filha da mulher cananeia.

O tempo psicológico está presente no texto. A partida de Jesus para Tiro e Sidom (v. 21), fornece a sensação de que ele deixou para trás o lugar onde estava, de que algo se passou. A própria expressão adverbial —Eis que‖ (v. 22) parece indicar um momento repentino do surgimento da mulher na narrativa. Todos os argumentos da mulher esperavam uma resposta, e houve um tempo angustiante na expectativa de que seu pedido fosse atendido. Após as insistências da mulher, o narrador mateano introduz a resposta final e positiva de Jesus utilizando-se do advérbio de tempo —Então‖ que, embora demarque um tempo cronológico, indica um momento psicológico daquela mulher após ouvir as palavras

de Jesus.

Em relação ao tempo na narrativa, Alter (2007) destaca a importância da dinâmica dos verbos, à medida que estes aparecem de forma súbita e densamente concentrados, indicando uma intensidade, rapidez ou atividade deliberada e obstinada.

Narrador

O narrador é a entidade da narrativa que transmite um conhecimento, narrando-o. Em linhas gerais, qualquer pessoa que conta uma história é um narrador (ALVES, 2009). Pela observação do texto em análise, o narrador se ausenta de explicações de fatos e personagens, e o distanciamento é evidente pelo uso da terceira pessoa. A maior parte da narrativa acontece pelo discurso direto. O narrador mateano dá voz aos personagens para que exerçam suas falas. Nesse sentido, a presença do narrador é diminuída e o diálogo se amplia para que os personagens falem de forma direta e integral.

Enredo

O enredo é o conteúdo ordenadamente sequencial das ações realizadas ou a serem realizadas pelas personagens. Esse conteúdo é o elemento de construção do texto, fazendo do enredo o esqueleto da narrativa, onde acontecem ações das personagens, bem como os fatos a elas relacionados. Aliás, há uma relação de dependência inevitável entre enredo e personagens: "O enredo existe através das personagens; as personagens vivem do enredo" (CANDIDO, 1987, p. 534).

Nesse sentido, a coerência lógica do texto se constrói a partir das personagens, em torno das quais os demais itens se formam e se desenvolvem. Essa movimentação ocorre no tempo e no espaço e é organizada textualmente pela presença de verbos de ação. No enredo, as situações se iniciam, mas acontecimentos quebram a circunstância inicial, levam a um conflito que desestabiliza personagens e acontecimentos e chegam ao ponto de maior tensão – o clímax – para depois chegar ao desfecho com uma solução.

Além de se constituir como uma cadeia significativa de eventos interconectados (EFRAT, 2003), o bom enredo deve conter início, meio e fim. O enredo possui o seu elemento nuclear, central, chamado de conflito, de onde se pode determinar o nível de tensão

que existe na narrativa. É aí onde se encontram as expectativas que vão criando sentido ou emoção no expectador. A propósito, a etimologia de enredo faz sentido ao significar —prender||, —colher na redell, dado o efeito emocional e artístico que pode causar no leitor ou ouvinte.

Tomando como base esse quadro conceitual que apresenta os elementos constitutivos da narrativa (cenário, personagens, narrador, tempo e enredo), propôs-se, nesta análise, buscar as estratégias literárias utilizadas por Jesus e a mulher cananeia dentro da narrativa. Embora também personagens, os discípulos de Jesus não foram analisados com mais profundidade dada sua pouca presença atuante na narrativa.

O diálogo entre Jesus e a mulher samaritana no mesmo conjunto de perícopes, conforme a narração mateana, estabelece um contraponto à atitude de rejeição à personagem Jesus por parte dos escribas e fariseus. O início do capítulo 15 é marcado por uma confrontação verbal entre Jesus e esses grupos religiosos. À pergunta —Sabes que os fariseus, ouvindo a Tua palavra, se escandalizaram?||, Jesus se utiliza de uma metáfora como estratégia para sua resposta aos discípulos: —Toda planta que meu Pai celestial não plantou será arrancada||. (Mt 15:13). Utilizando-se da semelhança e transferência de significados nesta comparação, a personagem Jesus aplica o recurso expressivo da metáfora para conseguir um efeito de sentido na interpretação de seus discípulos.

Assim, o novo cenário que abriga o encontro de Jesus com *a mulher cananeia* é marcadamente oposto ao dos escribas e fariseus, e a personagem *a mulher cananeia* toma uma atitude inversa ao comportamento deles. Nota-se a dupla inversão: o protagonista Jesus não teve a recepção que deveria em Israel – sua pátria – para tê-la em terra inimiga. Os escribas e fariseus, tidos supostamente como os detentores dos oráculos sagrados de Israel, rejeitam o seu messias enviado, o —Filho de Davill, que, nesse texto, vai para —os lados de Tiro e Sidom||, onde é aceito e compreendido em sua missão pela atitude da mulher cananeia.

5.2.2 Estrutura da perícope

Na narrativa em tela, o texto está estruturalmente dividido em três partes:

1. *Introdução*: compreende os versículos 21 e 22, onde o narrador constrói a cena nas regiões de Tiro e Sidom e onde o clamor da mulher cananeia é ouvido em favor de sua

filha endemonhiada;

2. *Enredo central*: localizado nos versículos de 23 a 27, contém a recusa de Jesus em dar uma resposta imediata (diferente de outras narrativas em que prontamente atendeu aqueles que o buscavam) e o pedido dos discípulos para que a despedisse. Relata também a insistência e persistência da mulher, bem como o debate entre ela e Jesus.

3. *Conclusão*: ocorre quando Jesus faz seu elogio à fé da mulher cananeia e em seguida atende finalmente seu pedido.

Ao caracterizar a mulher como —cananeial, o narrador mateano lhe fixa um rótulo que, pela leitura de outras narrativas do texto bíblico, implica um termo pejorativo - sinônimo de pagão e inimigo de Israel. Moisés, noutra narrativa, convoca o povo a não fazer qualquer aliança com as nações inimigas, dentre as quais, os cananeus, e apresenta o desdobramento dessa não aliança com uma lista de —nãosl, para preservar a nação de Israel de qualquer vínculo com aquele povo (Dt 7:1-4).

Assim, a mulher cananeia se destaca na narrativa por sua distinção do povo judeu, mas como modelo de fé, embora seja parte de uma cultura religiosa em que se adorava vários deuses. É interessante destacar que diferente de outras passagens da Bíblia em que Jesus trava diálogos com diferentes pessoas, nesse fragmento do livro de Mateus a mulher cananeia, em específico, é a protagonista da narrativa. Entra em cena gritando —Senhor, filho de Davil. Na narrativa mateana, é a primeira vez que se dá voz a uma mulher (CARTER, 2002, p. 409) e o narrador confere a ela autonomia no discurso. A fala da mulher no diálogo com Jesus já se inicia de forma bem intensa, como se percebe pelo verbo de elocução (—gritandol) usado pelo narrador.

Para além da atitude de gritar em seu pedido inicial, ela se dirige a Jesus como —Senhor, filho de Davil, demonstrando que já se assume discípula ou que está disposta a ser uma, pois a forma de tratamento usada indica o reconhecimento do poder e autoridade dele sobre os demônios (Mt 4,1-11, 17,15). Também reconhece nas palavras —filho de Davil que Jesus é o tão esperado Libertador do povo de Israel que curava e libertaria as pessoas de poderes escravizadores. Mesmo não fazendo parte do povo escolhido e embora aparentando um comportamento —submissol, seu pedido parece desafiar a identidade e missão de Jesus à medida que reivindica para si os mesmos privilégios do povo de Israel e clama o favor do Deus deles na libertação de sua filha.

A opção pelo silêncio diante do pedido dessa mulher causa surpresa: —Ele, porém, nada lhe respondeu. (v.23). Segundo Alter (2007), a ausência de comentários de um personagem numa narrativa faz com que o leitor reflita sobre qual o motivo de corte no diálogo. Nesse sentido, o autor comenta que quando um personagem escolhe não proferir nenhuma palavra em uma narrativa, o leitor pode subentender que o silêncio por si mesmo possui um enlace de grande significado que se dá pelo encadeamento do enredo.

Nesse ponto da narrativa fica estabelecido o conflito. Pode-se dizer que —O propósito literário do conflito é criar tensão na narração, deixando os leitores mais interessados, deixando-os incertos sobre qual dos personagens ou forças prevalecerão (CONFLITO, 2021). Diferente de outras narrativas em que prontamente atende às pessoas que lhe pedem ajuda, Jesus surpreende e deixa o leitor apreensivo por não entender o que está acontecendo. As personagens se encontram diante do desafio que precisam resolver para alcançar seus objetivos. Essa estratégia utilizada pelo narrador prende a atenção do leitor, que não consegue de fato entender o que está acontecendo e a causa dessa atitude de Jesus que é externada pela ausência de palavras.

Na sua única participação na narrativa, os discípulos se mostram incomodados por compreenderem que o silêncio de Jesus denotava sua recusa em curar e, ainda assim, a mulher insiste, deixando a situação mais dramática, ao ponto de os discípulos pedirem: "Despede-a que vem gritando atrás de nós" (v. 23). A situação dela não os comove; apenas seus gritos os fazem sentir perturbados. ,

Diante da fala dos discípulos para Jesus, este responde: "Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel" (v.24). A resposta de Jesus deixa em evidência um discurso que não abrange todos os povos, ao deixar claro que as ovelhas de Israel deveriam ser encontradas caso estivessem perdidas. Essa fala torna-se um tanto quanto discriminatória, considerando que essa mulher era cananeia e pagã. Ainda, há nessa fala de Jesus a utilização de uma metáfora, ao comparar as pessoas com as ovelhas. A forma como essa metáfora foi utilizada diz respeito a uma figura de linguagem ligada a um animal conhecido no universo contextual da narrativa. Dado o valor que possuía, a ovelha perdida seria diligentemente procurada pelo seu proprietário, que faria de tudo para resgatá-la. Essa relação de semelhança estabelecida pela metáfora da personagem Jesus representa o primeiro recurso de obstrução ao pedido da mulher cananeia.

Ao utilizar essa figura de linguagem tirada do âmbito pastoril, o narrador faz uso de

uma estratégia discursiva muito efetiva para o convencimento das pessoas, uma vez que o contexto de seus ouvintes lhes garante uma melhor compreensão da narrativa.

Na Bíblia fica claro que Jesus costumava utilizar uma metáfora ao comparar os pecadores como ovelhas. Nesse sentido, a Parábola da ovelha perdida é uma das narrativas em que Jesus comenta sobre o infinito amor de Deus para com seus filhos. Essa parábola está presente nos Evangelhos de Mateus e Lucas (Mateus 18:12-14; Lucas 15:4-7). Essa metáfora da ovelha perdida apresenta como o próprio Deus acolhe os pecadores e fica satisfeito quando consegue resgatá-los: —Digo-vos que assim haverá alegria no céu por um pecador que se arrepende, mais do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento! (Lucas 15:4-7).

Na sequência da narrativa do Evangelho de Mateus sobre o encontro com a mulher cananeia, o leitor fica surpreso com a fala de Jesus sobre a metáfora das ovelhas em resposta aos discípulos. A mulher não desiste de querer falar com Jesus: —Mas ela, aproximando-se, prostrou-se diante dele e pôs-se a rogar: —Senhor, socorre-me!! (Mateus 15.25). Ela não se abala pelo fato de ser cananeia e saber que Jesus foi enviado por Deus exclusivamente ao povo de Israel; muito pelo contrário, há na narrativa a citação que ela o adora. Pelas palavras da mulher, é perceptível a fé dessa personagem feminina em Jesus e que ela o reconhece como mandado por Deus para a Terra. A mulher vê nesse contato com Jesus uma saída para que sua filha seja curada; ela, inclusive, aparenta está em grande sofrimento quando clama por socorro.

Em uma perspectiva literária, o momento de clímax dessa passagem acontece de uma maneira mais acentuada quando Jesus ignora o lamento dessa mulher cananeia. Ele tornou a responder: —Não fica bem tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos!. Nesse sentido, novamente Jesus reafirma que as bênçãos de Deus são destinadas aos seus filhos, ou seja, aos judeus, e utiliza outra metáfora, ao referir-se aos outros povos como —cachorrinhos".

Diante da fala de Jesus direcionada à mulher, o leitor fica na expectativa de que a personagem se retire e não mais insista na tentativa de que Jesus interceda por sua filha, principalmente ao perceber que a fala de Jesus parece nitidamente discriminatória. Entretanto, a narrativa segue de um ato diverso ao esperado pelo leitor. A mulher aceita o argumento de Jesus: —Isso é verdade, Senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos!.

Nessa fala da mulher cananeia, fica perceptível o respeito da personagem com

relação à figura de Jesus, utilizando novamente o pronome de tratamento "Senhor", ao dirigir-se a Cristo. A mulher de Canaã reconhece de onde veio, mas ainda deixa claro que possui uma grandiosa fé em Deus e na palavra de Jesus, e quando pede por socorro, acredita na misericórdia de Deus para com a humanidade e que o que é pedido por ela é uma migalha diante do poder divino. Outra perspectiva de análise diante do —sim|| da mulher ao argumento de Jesus e o contra-argumento dela logo em seguida, mostra com que rapidez e força ela replica seu interlocutor com um raciocínio lógico e que atinge a ação esperada. A capacidade persuasiva da mulher cananeia foi tão eficaz que Jesus, diante da resposta dela, : reconhece que seu argumento já é incontestável: —Diante disso, Jesus lhe disse: _Mulher, grande é a tua fé! Seja feito como tu queres!‘ E a partir daquele momento sua filha ficou curada||.

A abordagem do Evangelho de Mateus, mais precisamente a análise da passagem do encontro da mulher cananeia com Jesus, preocupou-se em investigar como o texto, enquanto narrativa literária, foi construído.

Aproximar-se do evangelho de Mateus representado como uma unidade narrativa significa concentrar-se na história como ela é narrada. Quando lemos a narrativa mateana, temporariamente abandonamos a realidade do nosso mundo e entramos em outro mundo que é autônomo e que possui suas próprias regras. Esse mundo, que possui seu próprio tempo e espaço, é repleto de personagens e marcado por eventos que, em graus variados, são exaltados ou desprezados de acordo com os sistemas de valores desse mundo. Ao adentrá-lo temos experiências nele, e experimentando-o, saímos e retornamos, talvez mudados, para nosso próprio mundo. (KINGSBURY, 1986, p. 2).

É importante destacar que o narrador, nessa passagem de Mateus, coloca o leitor como participante da narrativa, nos momentos em que há a observação e avaliação dos episódios que são sucedidos na narrativa, bem como quando faz o leitor refletir sobre o motivo de Jesus não atender o apelo da mulher por três vezes. Nesse sentido, Alter (2007), enxerga uma estratégia de repetição em que há três repetições sequenciais, terminando em um clímax. Alter (2007) ainda explica esses três momentos: 1) há o silenciamento de Jesus diante da mulher cananeia, cuja ausência marca a fala como uma maneira de ignorar o que foi pedido pela personagem feminina; 2) Jesus mais uma vez ignora a mulher e direciona sua fala para seus discípulos utilizando a metáfora do favorecimento às ovelhas perdidas de Israel, em detrimento dos outros povos; 3) a terceira obstrução acontece quando Jesus deixa claro que —o pão|| é para —os filhos|| e o reino de Deus pertence exclusivamente aos judeus.

O fato de Jesus ignorar por três vezes o apelo da mulher não faz com que ela desista de tentar dialogar com Jesus e fazer com ele interceda pela sua filha. Isso revela sua fé e sua perseverança diante de Jesus Cristo.

Por fim, a narrativa apresenta o seu desfecho quando Jesus decide ajudar a mulher: —Seja feito como tu queres! E a partir daquele momento sua filha ficou curada". Diante da mudança de ação de Jesus, os discípulos não comentam sobre o que aconteceu. O fato de Jesus atender ao pedido da mulher cananeia revela uma atitude que supera os preconceitos sociais, religiosos e culturais inferidos da narrativa e reposiciona a personagem Jesus como aquele que acolhe a todos em sua missão de —Filho de Davi — o messias da esperada.

Segundo Alter (2007), os textos narrativos contidos na Bíblia, com destaque aos evangelhos, revelam a missão e os sofrimentos de Jesus Cristo durante sua passagem pela Terra. O protagonista das narrativas bíblicas, aqui incluindo *a mulher cananeia* como coprotagonista desse texto do Evangelho de Mateus, tem como enfoque a missão de Jesus como filho de Deus, o seu ensinamento aos seus discípulos e o efeito do seu discurso sobre as pessoas que encontrava durante a sua caminhada.

As estratégias utilizadas pelo narrador do Evangelho de Mateus com relação aos personagens da narrativa são muito similares às utilizadas nos demais livros que fazem parte da Bíblia. Nesse sentido, as personagens não são analisadas sobre qual o motivo de ter feito determinada ação, nem tampouco há indícios do seu fluxo de consciência e de como desencadeiam suas ideias em seu interior. Entretanto, essa estratégia empregada de sutileza das personagens não os deixa pouco caracterizados, nem deixa de fornecer ao leitor uma ideia que não permita imaginá-los como reais.

A divisão estabelecida por Frye, teórico literário, sobre os usos da linguagem, o uso poético, o uso alegórico e o descritivo, defende que na Bíblia temos um novo uso: o proclamativo, o que caracterizaria a intensidade das tramas e personagens, tendo como objetivo incluir o leitor nos temas, nas opções das personagens, em seus dilemas éticos. O texto seria, portanto, sucinto porque caracterizado por um grande apelo a que o leitor crie a sua própria história a partir da história contada. (MAGALHÃES, 2012, p. 140).

Esse detalhamento menos aprofundado sobre os motivos das ações de cada personagem causa ao leitor dois efeitos de sentido: 1) uma ambiguidade das personagens que as aproximam da verossimilhança e 2) a ausência de ações que podem ser previstas das personagens. Consequentemente despertam no leitor uma aproximação que permite melhor

estudar sobre determinado protagonista ou personagem. Nesse sentido, a verossimilhança é estabelecida quando nos coloca em contato com o que acontece na história da narrativa, sem necessariamente precisar de referências concretas da realidade.

O conceito de mimesis

O conceito de mimesis foi discutido pela teoria literária, já que trabalha com uma visão independente da literatura com a realidade. Dessa maneira, a própria realidade torna-se um arranjo, visto que é construída através de recursos que são simbólicos. Assim, os textos de bíblicos como literatura não operam por meio de um referente, mas através da verossimilhança. Para Chartier (1990), a realidade não pode ser vista como uma referência objetiva e exterior ao discurso, mas construída pela linguagem. O leitor ao ter um sentimento de aproximação com a personagem, conseqüentemente torna-se também mais perto da narrativa.

[...] aquilo que se lê na obra literária é sempre mais que literatura. Ou menos: quando entre o que a obra diz e o modo pelo qual diz, o leitor sente um descompasso, uma intenção não realizada, um discurso subjacente não integrado e que necessita de esclarecimentos adicionais para que possa ser absorvido por ele. Na obra que o leitor sente como realizada, a distância entre o mais e o menos é preenchida pela tensão que se instaura entre o que diz a obra e o que o leitor é capaz de dizer após a leitura. É precisamente esta tensão entre a obra e o leitor (o que impõe tanto o desejo da leitura quanto a atenção exigida para a satisfação dele) que cria os múltiplos significados que levam a ler na literatura mais do que apenas literatura. (BARBOSA, 1990. p.15).

É importante enfatizar ainda, que essa passagem em especial, do encontro de Jesus Cristo com a mulher cananea, possui todos os elementos que fazem parte de uma narrativa: narrador, enredo, espaço, personagens e tempo, bem como a linguagem literária em que são utilizadas figuras de linguagem a fim de comunicar uma ideia ou dar mais força para o discurso.

A nossa proposta, nesta segunda parte do capítulo final, foi detectar estratégias literárias utilizadas pelas personagens da narrativa. Foi possível verificar que o ocultamento, o silêncio, a repetição, e a própria construção do texto em discurso direto foram estratégias usadas pelo narrador mateano e que envolvem o leitor e o prende à narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de dissertação buscou sustentar, em primeiro lugar, a importância da Bíblia numa perspectiva literária, partindo do próprio conceito de literatura e abrindo caminho na busca dos pressupostos para a leitura desse livro pelo prisma literário. A partir dessa ideia, procurou, de forma panorâmica, desenhar as ligações possíveis entre Bíblia e literatura a partir da crítica e teoria literárias. Nessa perspectiva, trouxe para o texto o reconhecimento de teóricos ao valor literário do texto bíblico, ancorando-se em Eagleton para o conceito de Literatura, Auerbach e Alter para sustentar a análise literária, além de Aristóteles ao conceito de retórica. Ainda utilizamos Fiorin, na apresentação didática, para análise retórico-discursiva, além de outros autores que deram suporte ao trabalho.

A problematização compreendeu observar as estratégias retórico-discursivas e literárias presentes no diálogo entre *Jesus e a mulher cananeia* em um recorte do livro de Mateus, mais precisamente no capítulo 15 e nos versos de 21 a 28. O narrador mateano apresenta uma característica comum aos escritores bíblicos, que é de não prover análises dos motivos das atitudes das personagens e muito menos de seus processos psicológicos. Ao leitor cabe preencher as lacunas deixadas, o que lhe confere uma aparente autonomia de interpretação. Tal estratégia pode dar a impressão de que a personagem precisaria está mais completa e que, portanto, o texto estaria desorganizado. Ao contrário, porém, o leitor tem uma sensação de que a personagem pudesse ser real. Essa força da personagem faz parte da leitura e deriva desse momento, entre o texto e o leitor. Esse efeito é chamado por Alter (1997) de —efeito de real, característica de personagens das narrativas bíblicas. Dois efeitos surgem como resultado dessa economia de informações: (1) sensação de ambiguidade e (2) imprevisibilidade da personagem. No caso do primeiro efeito, a imprecisão da personagem lhe confere verossimilhança; no segundo caso, ao passo que busca conhecer mais a fundo a personagem, o leitor fica mais ligado à narrativa.

A proposta foi investigar não só as estratégias literárias, mas também as estratégias retórico-discursivas usadas pelas personagens enquanto oradores numa discurso argumentativo. E como —todo discurso tem uma dimensão argumentativa (FIORIN, 2014, p.10), buscou-se realizar uma análise do fragmento do livro de Mateus a partir do discurso retórico presente nas falas de Jesus e da mulher cananeia. Foi possível verificar que ambos os oradores se valeram de argumentos, construídos por eles, com o objetivo de persuadir. O questionamento que orientou nossa análise foi: como os oradores/personagens Jesus e *a mulher cananeia* utilizaram a argumentação na tentativa de convencer e persuadir e, ao

mesmo tempo, utilizaram estratégias literárias em suas falas? Ficou claro que eles usaram técnicas argumentativas e seu êxito consistiu em organizar os elementos de natureza retórica de forma estratégica, além das estratégias literárias presentes na narrativa que atestam a construção elaborada dos personagens do livro de Mateus.

Dessa forma, confirmamos as hipóteses levantadas de que, pelas análises feitas, o narrador proveu as personagens de estratégias tanto retórico-discursivas quanto literárias na construção da narrativa. Portanto, a economia das informações, o silêncio das personagens em alguns momentos, o uso de metáforas são estratégias altamente significativas, pois prendem a atenção do leitor à narrativa. Do ponto de vista retórico-discursivo, os argumentos utilizados pelas personagens enquanto oradores atestam sua competência linguística quando a fala lhes é conferida.

È conveniente desdobrar sumariamente as estratégias utilizadas para se confirmar a hipótese levantada. A *repetição* e o *ocultamento* estão bem destacados no texto analisado (Mt 15:21-28). Essas duas técnicas são utilizadas pelo narrador até o final da narrativa. É surpreendente que o narrador não explica o porquê da recusa tripla de Jesus em atender ao pedido de uma mãe desesperada. O pedido só é atendido na quarta vez, satisfazendo o desejo daquela mulher: —Mulher, grande é a tua fé! Seja feito como tu queres!!.

O texto parece oferecer um enigma a ser desvendado. Quais as reais intenções da ação da personagem? Ensinar seus discípulos (e ao leitor)? De fato, não ajudar a mulher, levando-a a convencê-lo da cura que ela precisava? A narrativa não fornece a resposta e o foco é para a grande fé de uma mulher da qual não se esperava tal demonstração. O ocultamento e a repetição imprimem sua marca no texto. Tais características são sustentadas por Alter (1997), conforme citado neste trabalho.

Outra característica presente é o discurso direto. Surge no ponto mais alto da narrativa, quando o conflito se instalou e o desfecho já acena para o final. A narrativa em análise pode admitir dois protagonistas que atingem seu ponto crucial do conflito, em que não sabemos se a personagem Jesus convencerá a mulher a ir embora ou se a mulher terá seu pedido atendido. O discurso direto, nesse caso, imprime mais força ao diálogo e gera intensa expectativa.

Em se tratando da análise retórico-discursiva do texto, as estratégias utilizadas foram os próprios argumentos construídos pelos oradores Jesus e *a mulher cananeia* na tentativa de convencer ou persuadir. Foi possível confirmar dois argumentos quase lógicos e duas técnicas argumentativas que surgiram na fala dos oradores de acordo com as condições da narrativa. O desdobramento da análise permitiu identificar os seguintes argumentos:

argumento da transitividade, argumento da definição, argumentum ad misericordiam e argumento do silêncio. Segundo Fiorin (2014. p. 78), —a argumentação é uma questão de linguagem‖ e —comunicar é agir sobre o outro‖ (p. 46). Nessa perspectiva, pode-se dizer que o recurso retórico teve sua realização na conversa entre Jesus e *a mulher cananeia*, à medida que o discurso foi orientado para a persuasão. Neste contexto, a persuasão funcionou como uma estratégia usada por ambos os oradores na expectativa de que pudessem convencer o interlocutor.

Assim sendo, concluímos que a narrativa do fragmento de Mateus 15:21-28 apresenta diferentes estratégias, tanto literárias quanto discursivas, na tentativa de persuasão do leitor. Tais características fazem da narrativa um texto elaborado, atraente e convidativo.

Em suma, embora a leitura do texto em análise possa ser prevista como sem compromisso ou aceitação pelo leitor quanto à proposta contida, o narrador prende esse leitor em uma posição que o faz examinar a narrativa. As próprias ações, atitudes de personagens, combinação de cenas, a avaliação dos conflitos, atualizam a narrativa para o leitor e ocorre aí a concretização do objetivo do narrador: a alternativa proposta pelo texto narrativo é virtualmente possível. Quanto às questões retórico-discursivas, a identificação é imediata e da mesma forma cria no leitor a expectativa do desfecho da leitura, e isso prende a atenção ao texto.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALTER, Robert. *Guia literário da Bíblia*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1997.
- ALVES, Jorge. Narrador. *E-Dicionário de termos literários de Carlos Ceia*. Disponível em: < <http://edtl.fcsb.unl.pt/encyclopedia/narrador/>>. Acesso em 27 de julho 2021
- ARESI, Fábio. *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de O Aparelho Formal da Enunciação*. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Programa de Pós graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do sul - UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 15ª ed., 2014.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura universal*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BARBISAN, L. B.; TEIXEIRA, M. *Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot*. In: Os estudos enunciativos: a diversidade de um campo, Porto Alegre, v. 16, p. 161-180, 2002.
- BARBISAN, Leci. 2006. *O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot*. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia (Org.). Letras, Santa Maria, v. 33, p. 23-35, jul./dez
- BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- BARILLI, R. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1979.
- BARROS, D.L.P. *Teoria semiótica do texto*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- BEDA. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, ed. e tr. Colgrave, Bertram; Mynors, Roger AB (1969). História Eclesiástica do Povo Inglês de Beda. Oxford Medieval Texts. Oxford: Clarendon Press.

BENTES, Anna Christina. *Linguística textual*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001, p. 239-270.

BENVENISTE, Émile. (1971). *Problems in General Linguistics*. trans. Mary Elizabeth Meek, Coral Gables, Florida: University of Miami Press, 'Miami Linguistics Series No. 8.

BENVENISTE, Émile. (1974), *Problèmes de linguistique générale*, Vol 2, Paris: Gallimard, TEL.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*, 13. imp. São Paulo: Paulus, 2002, (impressão 2019). 2206p.

BIGLARI, A. *Les risques du discours*. Rencontres avec Oswald Ducrot. Lambert Lucas, 2013.

BOUQUET, S. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix. 2000.

BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Grécia Antiga*, São Paulo: Art Editora, 1982

BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes: São Paulo: FAPESP, 2001.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

CAMPOS, Cláudia M. *O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua*. Revista da Abralín, São Paulo, v. 6, p. 139-169, 2007.

CANDIDO, Antônio. "A literatura e formação do homem" In: _____ *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2002.

_____. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *O direito à literatura*. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus: comentário sociopolítico e religioso a partir das margens*. Trad. Walter Lisboa. São Paulo: Paulus, 2002 (Grande comentário bíblico).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. RJ: Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Editora Ática, 2000.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo, 11ª edição. São Paulo: 1997.

CONFLITO (NARRATIVA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conflito_\(narrativa\)&oldid=61152111](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conflito_(narrativa)&oldid=61152111)>. Acesso em: 15 mai. 2021.

- COSTA, Marata Moraes; OLIVEIRA, Silvana. *Concepções, estruturas e fundamentos do texto literário*. Curitiba: IESDE, 2009.
- COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CREMONESE, Lia Emília. *Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de Linguística da Enunciação*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Co-orientação: Maria José Bocorny Finatto. Porto Alegre, 2007.
- CULLER, J. *Teoria literária*. São Paulo: Beca, 2000
- CUNHA, A. F; COSTA, M. A; MARTELOTTA, M. E. *Linguística*. In: Mário Eduardo Martelotta. (Org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009. p.15-30. 45
- D'ÁVILA, Nerci. *A enunciação em Benveniste e em Ducrot*. Letras de Hoje, Porto Alegre, v.39, n.4, p.151-162, dez. 2004.
- DESSON, Gérard (2006). *Émile Benveniste, L'invention du Discours*. Paris: Editions In Press.
- DIONÍSIO, A.P. *Análise da conversação*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2005
- DOWNES, S. *Guide to the Logical Fallacies*. In: Cedarblom and Paulsen: 151, Copi and Cohen: 103, Davis: 82, 26 May 1995 / 06 January 1996.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ECO, Umberto. *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Obra aberta: Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- EFRAT, Shimon. *El arte de la narrativa em la Bíblia*. Trad. Beatriz Moncó. Madrid: Ediciones Cristiandad, 2003.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p.
- FERREIRA, L.A. *Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FIGUEIREDO, Maria Flávia. REFLEXÕES SOBRE A RETÓRICA PEDAGÓGICA: as partes do discurso no ensino da escrita acadêmica - Diálogos Pertinentes, v. 15, n. 2 (2019), p. 4: Diálogos Pertinentes – jul/dez. Acesso em 26/05/2021 em <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3597>
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. SP: Contexto, 2014.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.
 _____. *Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas*. Gragoatá, Niterói, v.22, n. 44, p. 970-985, set.- dez. 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. 2013. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola.

FLORES, Valdir N.; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRYE, Northrop. *O código dos códigos: a Bíblia como literatura*. Trad. Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

Gérard Durozoi; André Roussel. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papyrus, 2005

GIACOMELLI, Karin. *Benveniste e a noção de disciplina: o espaço da linguística da enunciação*. Letras de Hoje. Porto alegre, v.39, n.4, p.9-17, dez, 2004.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016

HALLIDAY, T.L. *O que é retórica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KNACK, Carolina. 2012. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre.

JAWORSKY and Nikolas COUPLAND. *The discourse reader*. London: Routledge, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LIMA, Anderson de Oliveira. *Dois momentos na história recente da leitura bíblica: A Bíblia como literatura a partir de Erich Auerbach e Robert Alter*. Teoliterária, v.4, n.7, 2014, p. 131-135

MAGALHÃES, Antônio Carlos de Melo. *A Bíblia na Crítica Literária Recente*. Teoliterária, v. 2, n. 4, 2012.

MARCONDES, Danilo. *Textos Básicos de Linguagem: de Platão a Foucault* - Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MARGUERAT, Daniel; BOURQUIN, Yvan. *Para ler as narrativas bíblicas*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2009.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007. 130 p

MEINOLF, Schumacher: "*Perikope*" em *Reallexikon der deutschen Literaturwissenschaft* . Vol. 3, editado por Jan-Dirk Müller, 43-45, Berlim e Nova York: Walter de Gruyter, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. *Análise do discurso*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2005

NAUJORKS, Jane da Costa. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. 2011. 153f. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, RS.

OLIVEIRA, H.; *Deslocamento das figuras da enunciação a partir dos "seres de discurso" ducrotianos*. Seção 12/2012, Linguagem (São Paulo), Vol. 1, Fac. 1, pp.1-14, São Carlos, SP, Brasil, 2012.

ONO, Aya. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Tradução de Daniel Costa da Silva. Limoges: Lambert-Lucas, 2007, p.15-57

PAES, José Paulo. *A Aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2014.

PIRES, Vera Lúcia; WERNER, Kelly Cristini G. 2006. *A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste*. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia (Org.). *Letras*, Santa Maria, v. 33, p. 145-160, jul./dez. 2006.

POSSENTI, S. *Enunciação, estilo e autoria*. Revista da FAEEBA, Salvador - BA, V.10, N)15, P.15-21.2001.

RAVASI, Gianfranco. *A Bíblia, "grande código" da cultura ocidental*. Secretariado nacional da pastoral da cultura. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 19 de Junho de 2008. Disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/a-biblia-grande-codigo-da-cultura-ocidental/>. Acesso em 22/04/2021, às 20h.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RETÓRICA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ret%C3%B3rica&oldid=61099462> Acesso em: 7 mai. 2021

RODRIGUES, R. S. V. **A constituição dos conceitos de língua e linguagem em Saussure e Benveniste numa perspectiva historiográfica cronológica.** 2007. 102 f.: il.; 29 cm. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da comunicação.* Porto Alegre: Penso, 2011.

SAUSURRE, Ferdinand. *Curso de linguística geral.* 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição.* Campinas, SP: Pontes, 2009.

SILVA, Carmem Luci da Costa. *O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste.* In: FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). *O Sentido na Linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 167-190.

TODOROV. Tzvetan. *A literatura em perigo.* Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010, p.76.

TRIBLE, Phyllis. *Rhetorical criticism: Context, Method, and the book of Jonah.* Fortress Press, 1994, p. 76. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Art_of_Biblical_Narrative#cite_ref-1. Acesso em 19/04/2021

TROIS, João Fernando de Moraes. *O "retorno a Saussure" de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação.* Letras de Hoje, Porto Alegre, v.39, n.4, p.33-43, dez. 2004.

ZABATIERO, Júlio; LEONEL, João. *Bíblia, literatura e linguagem.* São Paulo: Paulus, 2011.